

# Relatório de Gestão



**Floriano Pesaro**

Deputado Federal



© Deputado Federal Floriano Pesaro

Relatório de Gestão de Mandato: Floriano Pesaro Deputado Federal (PSDB-SP)

Impresso pela Câmara dos Deputados

**Relatório de Gestão do Mandato:**

**FLORIANO PESARO**

**Deputado Federal (PSDB-SP)**

**55<sup>a</sup> Legislatura**

**São Paulo (SP), 2018**



# EXPEDIENTE

## **Floriano Pesaro**

Deputado Federal  
(PSDB-SP)

## **Mendy Tal**

Chefe de Gabinete

## **Diagramação e Projeto Gráfico**

Renata Colombini Puosso

## **Fotos**

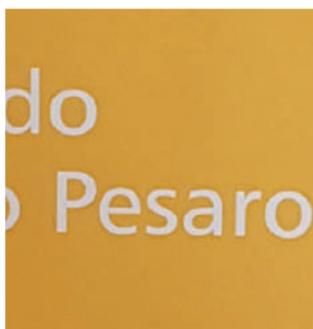
Acervo pessoal Floriano Pesaro  
Alessandro Loyola (PSDB na Câmara)  
Banco de Imagens - Câmara dos  
Deputados  
Gabriela Peres

## **Secretários Parlamentares**

Adilson Fabricio  
Adriano Martins Terra Monteiro  
Ana Maria Miyamoto de Oliveira Costa  
Fabio Rafael Valente Cabral  
Fabiola Helena dos Santos Farias  
Gabriela Peres Lucas  
Luciano Augusto de Carvalho Alves  
Marilda Soller Carvalho  
Marina Amadeu Batista Bragante  
Paulo Roberto Uehara  
Thalita de Jesus Nascimento

## **Colaboradora**

Bruna Borghetti Câmara Ferreira Rosa



# SUMÁRIO

---

- 09. Introdução
- 10. Depoimento
- 13. Atividade Parlamentar
  - . Projetos de lei
  - . Emendas Apresentadas
  - . Projetos Relatados nas Comissões
  - . Plenário
- 23. Emendas Parlamentares
  - . Ofícios e Requerimentos
- 37. Um dia com o Deputado
- 39. #DeuNaMídia
- 49. Discursos



“É possível fazer mais pelos mais pobres, desde que a ação busque a emancipação, respeitando a diversidade de cada família, cada indivíduo”.

**Floriano Pesaro**

---

**E**ste Relatório de Gestão é a síntese do meu primeiro mandato como Deputado Federal do Estado de São Paulo, fruto das principais ações empreendidas por mim e por um conjunto de colaboradores entre 2015 e 2018.

É necessário renovar com você, meu eleitor e todos os cidadãos paulistas, o compromisso com a ética, a transparência, a moralidade e a impessoalidade na gestão pública.

Nas próximas páginas você encontrará toda minha atuação parlamentar como os projetos de lei apresentados, as comissões das quais participei, as emendas parlamentares, os discursos feitos em Plenário, o programa *Um dia com o Deputado*, os artigos publicados e curiosidades sobre o dia a dia do mandato.

Além de prestar de contas, esta publicação busca aproximar e estimular a participação social, e afirmar os compromissos e as bandeiras que defendo.

Boa Leitura!

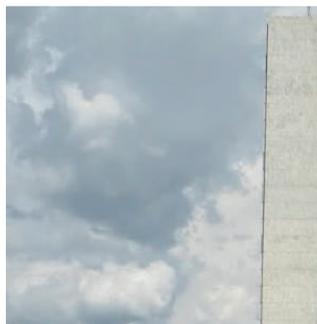
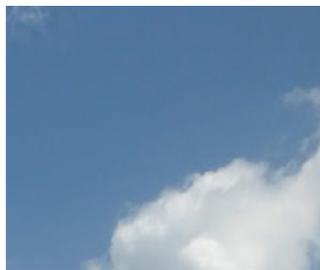
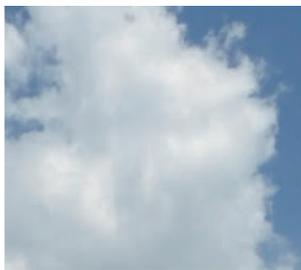
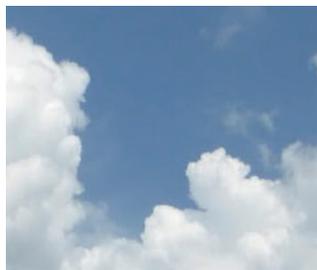


Foto: Prédio do Congresso Nacional

Neste Janeiro de 2019 termino este ciclo de 4 anos onde fui Deputado Federal e Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Quero crer que tive uma produção intensa nos dois âmbitos, federal e estadual, duplicando minha atuação, e posso dizer que foi um mandato que valeu por dois. Minhas ações tiveram ênfase no social, uma área em que acumulei conhecimento e experiência. Conseguimos implementar na Secretaria de Desenvolvimento Social o que de mais moderno existe em sistemas de administração. Criamos e demos sequência a programas essenciais como o Bom Prato, inaugurando unidades por todo o Estado. Também implantamos programas criativos para atender nossos jovens e idosos mais vulneráveis.

Com a possibilidade de assumir minha cadeira no Congresso Nacional sempre que necessário, estive presente nas grandes votações deste país, votei pelo impeachment da Presidente Dilma Rousseff, pela responsabilidade fiscal, rejeitando o aumento e criação de municípios, pelo Marco Legal da Primeira Infância e em todos os momentos importantes em que fui demandado. Além disso, fui um ativista contundente pela defesa dos recursos das áreas de Cultura, Esporte e Assistência Social. Muitos destes recursos foram destinados a instituições que notadamente faziam valoroso trabalho em prol da população em vulnerabilidade social. Tenho orgulho de ter sido considerado o melhor Deputado Federal pela ONG Ranking dos Políticos em 2018.

Agora são novos tempos. É hora de reflexão sobre os sucessos, sobre as iniciativas a serem repensadas e sobre buscar outros caminhos para seguir servindo o país e seu povo. Tenho que agradecer toda a equipe que me assistiu e aconselhou durante esses anos. Foram peças cruciais para as minhas ações e acabamos desenvolvendo uma relação de amizade e respeito. Meu muito obrigado a todos assessores e eleitores que tornaram possível este meu trabalho durante estes quatro anos.

---

**FLORIANO PESARO**

Deputado Federal

## Depoimento



2014 ano de 2014 foi um dos mais importantes da história de vida pública de Floriano Pesaro. O resultado de sua expressiva votação - 113.949 mil votos - foi fruto de um mandato ativo, participativo e reconhecido. Marcado por vitórias e projetos de destaque. Acompanhamento, não é de agora, a sua trajetória. Tenho o privilégio de trabalhar ao seu lado ainda no Ministério da Educação em 2000. Como Secretário Nacional do MEC, Floriano criou e implementou o programa Bolsa Escola, o primeiro do país em transferência de renda.

Ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, ao lado do Ministro Paulo Renato, criou o FIES, destinado ao financiamento de cursos superiores, beneficiando jovens de baixa renda de todo o Brasil. Ao lado do então Governador Geraldo Alckmin e Arnaldo Madeira, como adjunto da Secretaria da Casa Civil em 2003, Floriano ajudou a desburocratizar o Estado com o uso da Tecnologia de Informação, junto com Daniel Annenberg, criando a Bolsa Eletrônica de Compras, e-BEC, e na área social implementou o Comitê Estadual de Política Social.

Após dois anos aceitou a missão dada pelo então prefeito de São Paulo, José Serra de assumir uma das pastas mais sensíveis à população vulnerável, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Criou programas como: São Paulo Protege, "Dê mais que esmola. Dê futuro" que tirou mais de 2 mil crianças das ruas, e o Ação Família: Viver em Comunidade que, por meio de uma agenda construída com as famílias ajudou milhares delas a superarem a extrema pobreza. Vocacionado a vida pública, Floriano se candidatou a vereador em 2008 e teve em sua primeira eleição 31.733 votos. Votação que foi ampliada para 37.780 em sua reeleição. Neste período, liderou a bancada do PSDB por quatro vezes seguidas e foi considerado o melhor parlamentar da cidade pela ONG Voto Consciente em seus dois mandatos.

Em 2011, ganhou o prêmio “Boas Práticas Legislativas”, com o projeto “Aquisição de Papéis com Certificação”, na categoria “Inovação”. No ano seguinte, foi vencedor da categoria “Excelência”, com a Lei 15.276, que cria a Política Municipal de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil em Suas Piores Formas. Foi assim que Floriano decidiu dar um novo passo para disputar uma vaga no Congresso Nacional. E foi com uma soma de esforços da equipe e de colaboradores das mais diversas áreas e grupos que Floriano conquistou uma surpreendente votação.

Três meses se passaram e chegou o convite de Geraldo Alckmin para que ele assumisse a Secretaria de Desenvolvimento Social, uma das áreas mais estratégicas do Estado de São Paulo. Floriano não poderia negar este grande desafio, tão pouco o pedido do Governador de enfrentá-lo. Floriano aceitou o convite com a condição de manter o mandato em paralelo. Votou todos os orçamentos, colocou emendas nas áreas da saúde, infraestrutura (acessibilidade) e para crianças e adolescentes, mostrando ser rigoroso com o gasto público, aprendizado que teve com Fernando Henrique Cardoso.

Como seu Secretário Adjunto tive o privilégio de ajudar o Floriano nas 8 (oito) vezes que ele se afastou para reassumir o mandato como deputado federal, participando das votações mais importantes no Congresso Nacional, do Marco Legal da Primeira Infância ao Impeachment da Presidente Dilma Rousseff. E mesmo com essa dupla jornada e jogando em dois campos diferentes Floriano se sobressaiu nas duas frentes, na Secretaria ao implantar o Portal Social Paulista no Estado de São Paulo e o programa Recomeço Família para a recuperação de vínculos.

Ainda na Câmara dos Deputados, foi eleito em 2018 o melhor parlamentar de São Paulo pela ONG Ranking dos Políticos, e o 4º do Brasil. Por isso, um mandato que vale por 2 (dois).

---

**FELIPE SIGOLLO**

Secretário Adjunto Executivo  
Ministério da Educação

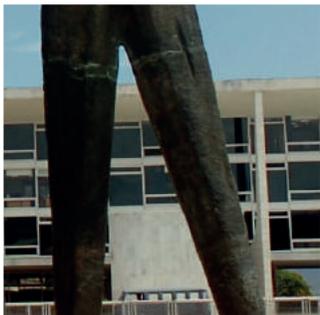
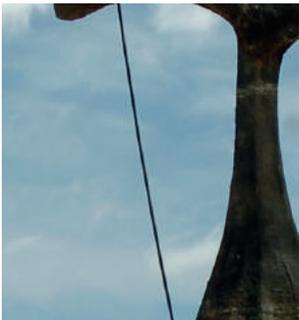


Foto: Escultura - Os Candangos

# Projetos de lei

## 1. PROJETO DE LEI Nº 10.214/2018

(Florianio Pesaro)

Dispõe sobre a proteção do consumidor, do meio ambiente, do trabalhador e da saúde pública contra os riscos de danos causados pelo consumo de bebidas alcóolicas em lojas de conveniência e lanchonetes situadas em postos de revenda de combustíveis, vedando a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e o consumo de bebida alcoólica nestes locais.

## 2. PROJETO DE LEI Nº 10.215/2018

(Florianio Pesaro)

Acrescenta o art. 82-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), para dispor sobre a proteção integral da criança e do adolescente contra a sua exposição indevida à venda de bebidas alcóolicas. Assim, os estabelecimentos que comercializarem bebida alcoólica, deverão além de proibir, afixar avisos de proibição de venda, oferta, fornecimento, entrega e permissão de consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos.

## 3. PROJETO DE LEI Nº 10.428/2018

(Florianio Pesaro)

Dispõe sobre a exigência de certificação de projetos sustentáveis e ambientalmente corretos em caso de construção de edifícios pela União. A certificação será emitida por entidades de referência no setor, credenciadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

## 4. PROJETO DE LEI Nº 10.640/2018

(Florianio Pesaro)

Acrescenta §6º ao art. 260 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. As doações destinadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais, ou municipais não serão objeto de contingenciamento e não constituirão recursos de reserva de contingência.

## 5. PROJETO DE LEI Nº 10.641/2018

(Florianio Pesaro)

Institui o Dia Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, a ser comemorado no dia 18 de maio, com o objetivo de homenagear os especialistas da área por meio de eventos e procedimentos informativos, educativos, organizativos e de debates.

## 6. PROJETO DE LEI Nº 11.060/2018

(Florianio Pesaro)

Altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para adaptar o seu escopo aos ditames da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial e para criminalizar a conduta de se negar a ocorrência de crimes contra a humanidade com a finalidade de incentivar ou de induzir à prática de atos discriminatórios ou de intolerância racial.

## Emendas apresentadas

### EMENDA 81 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Dê-se aos arts. 14; 15; 17 redação, e suprima-se os incisos VIII e XII do art. 26 com o fim de restabelecer os recursos para o Fundo Nacional de Cultura.

### EMENDA 82 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Acresce parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com fim de impedir que sejam objetos de contingenciamento e não que constituíam recursos de reserva de contingência, os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e do Fundo Nacional de Cultura – FNC.

### EMENDA 83 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Fica acrescido inciso VI no art. 4º da Medida Provisória n.º 841, de 2.018 para incluir o Ministério da Cultura. A cultura deve ser tratada como eixo central nas políticas públicas.

### EMENDA 84 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Dê-se redação ao inciso V do art. 5º da Medida Provisória n.º 841, de 2.018 com fim de direcionar recursos para programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, inclusive ações de promoção do acesso à cultura e participação do indivíduo na produção cultural, ao esporte e a educação.

### EMENDA 85 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Dê-se redação ao inciso V do art. 5º da Medida Provisória n.º 841, DE 2.018, com fim de direcionar recursos para atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade, em especial nas áreas da educação, do esporte e da cultura.

### EMENDA 86 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Acresce parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com fim de não serem objeto de contingenciamento ou constituírem recursos de reserva de contingência, os recursos do Fundo Nacional de Cultura – FNC.

### EMENDA 87 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Dê-se aos § 2º e § 3º do art. 13, redação com fim de os valores relacionados com prêmios estabelecidos nos incisos I ao IV do § 1º, não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição sejam revertidos ao Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo federal, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies).

### EMENDA 88 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Dê-se as alíneas "b" e "i" do inciso I, e alíneas "b" e "h" do inciso II, do art. 17, redação com fim de garantir um inteiro e oitenta e três centésimos por cento para o FNC; i) dezoito inteiros e três décimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e II - b) um inteiro e oitenta e três centésimos por cento para o FNC; h) dezoito inteiros e três décimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica.

### EMENDA 89 A MEDIDA PROVISÓRIA 841, DE 2018

Dê-se aos arts. 14; 15; 17 a seguinte redação, e suprima-se os incisos VIII e XII do art. 26 com fim de garantir b) três inteiros por cento para o Fundo Nacional da Cultura - FNC; g) catorze inteiros e oitenta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; b) três inteiros por cento para o Fundo Nacional da Cultura - FNC; g) catorze inteiros e oitenta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; h) cinquenta e nove por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; Art. 15.I - b) três inteiros por cento para o FNC; h) dezenove inteiros por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; II - b) três inteiros por cento para o FNC; h) dezesseis inteiros e sessenta e três centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; Art. 17 - b) três por cento para o FNC; i) quinze inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; II -.b) três inteiros por cento para o FNC; h) dezessete inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica;”.

### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 7.441, DE 2010

Prevê o pagamento, pelo Poder Público, de danos morais e pensão indenizatória aos dependentes das vítimas fatais de crimes de violência sexual e violência doméstica, nos casos em que for comprovado erro material do Estado. Aumentando o valor dos danos morais a serem pagos para os dependentes de “cinquenta mil reais” para “sessenta mil reais”.

(FLORIANO PESARO; e CARMEN ZANOTTO)

### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 7.441, DE 2010

Prevê o pagamento, pelo Poder Público, de danos morais e pensão indenizatória aos dependentes das vítimas fatais de crimes de violência sexual e violência doméstica, nos casos em que for comprovado erro material do Estado.

(FLORIANO PESARO; e CARMEN ZANOTTO)

### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 7.441, DE 2010

Altera o valor da pensão indenizatória de “quinhentos e dez reais” para “novecentos e cinquenta e quatro reais”.

(FLORIANO PESARO; e CARMEN ZANOTTO)

### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 7.441, DE 2010

Serão beneficiários da compensação e da pensão indenizatória de que trata o art. 1º desta Lei os filhos menores de dezoito anos não emancipados e os absolutamente incapazes.

(FLORIANO PESARO; e CARMEN ZANOTTO)



#### FIQUE SABENDO

- Floriano atuou decisivamente no recuo do Governo Federal quanto à Medida Provisória 841 que visava transferir recursos da Cultura, do Esporte e do FIES para o recém-criado Sistema Único de Segurança Pública, SUSP. Por meio de 9 emendas apresentadas, Floriano impediu esse retrocesso.

# Relatoria nas Comissões



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 6, DE 2015

Fica instituída a Semana de Orientação sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana de maio.

**Autor:** Deputado Ricardo Barros

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

### PROJETO DE LEI Nº 7.389, DE 2017

Altera o Art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, incluindo as instituições ensino superior mencionadas no art. 242 da Constituição Federal no FIES.

**Autor:** Deputado Adérmis Marini

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

### PROJETO DE LEI Nº 8.618, DE 2017

Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir que a oferta de educação infantil em creches e pré-escolas por parte dos Municípios estende-se às zonas urbanas e rurais.

**Autor:** Deputado DAMIÃO FELICIANO

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

**PROJETO DE LEI Nº 9.575, DE 2018**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para fixar o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura.

**Autor:** Deputado HUGO LEAL

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

**PROJETO DE LEI Nº 9.928, DE 2018**

Altera o art. 23 e o art. 24 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências”, para estabelecer a obrigatoriedade da destinação de, no mínimo, 3% (três por cento) e no máximo 5% (cinco por cento) dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola para a compra de livros para as bibliotecas escolares.

**Autor:** Deputado POLLYANA GAMA

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

**PROJETO DE LEI Nº 10.285, DE 2018**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatória a manutenção de exemplares da Constituição Federal, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Estatuto da Juventude, do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Lei Maria da Penha nas escolas públicas e privadas.

**Autor:** Senador DONIZETI NOGUEIRA

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA****PROJETO DE LEI Nº 7.441, DE 2010**

Prevê o pagamento, pelo Poder Público, de danos morais e pensão indenizatória aos dependentes das vítimas fatais de crimes de violência sexual e violência doméstica, nos casos em que for comprovado erro material do Estado.

**Autora:** Deputada JÔ MORAES VOTO EM SEPARADO (FLORIANO PESARO; e CARMEN ZANOTTO)

**PROJETO DE LEI Nº 8.039, DE 2014**

Combate a exploração sexual de menores de dezoito anos em postos de combustíveis e outros estabelecimentos.

**Autora:** CPI destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

**PROJETO DE LEI Nº 3.868, DE 2015**

Dispõe sobre a reparação civil coletiva decorrente da exploração sexual de crianças e adolescentes para fins comerciais e dá outras disposições protetivas dos direitos das crianças e dos adolescentes.

**Autora:** PAULO HENRIQUE LUSTOSA

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO



## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI Nº 6.685 DE 2013

Acrescenta artigo à Lei 9.608, de 1998, para regulamentar a prestação de serviço voluntário nas entidades sem fins lucrativos.

Art. 1º. O art. 4º da Lei 9.608, de 1998, passa a vigorar com redação abaixo, renumerando-se os demais artigos.

“Art. 4º. Nas entidades sem fins lucrativos também será considerado trabalho voluntário aquele exercido fora da jornada normal, sem que o mesmo seja formalizado como prestação remunerada de serviço.

§ 1º. As disposições desse artigo só se aplicam aos empregados que possuam curso técnico ou superior”

**Autor:** Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

### PROJETO DE LEI Nº 7.222 DE 2017

Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para destinar recursos arrecadados com multas administrativas e com o perdimento de bens para as áreas de saúde e de educação.

Art. 1º A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, passa a vigorar acrescido do arts. 30-A e 30-B, com a seguinte redação:

“Art. 30-A O montante arrecadado com multa prevista no art. 6º, inciso I, deverá ser destinado a programas e ações nas áreas de saúde e de educação.

Art. 30-B O montante arrecadado com os recursos provenientes do leilão dos bens, direitos, e valores previstos no art. 19, inciso I, que restarem após a reparação do lesado deverá ser destinado a programas e ações nas áreas de saúde e de educação.”

**Autor:** Deputado PROFESSOR JERÔNIMO GOERGEN

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

**PROJETO DE LEI Nº 10.479 DE 2018**

Regulamenta o repasse de recursos de emendas parlamentares em natureza de despesa de custeio destinado ao incremento PAB/MAC a hospitais e santas casas filantrópicas, através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

Art. 1.º - Fica o fundo municipal de saúde autorizado a transferir os recursos recebidos de emendas parlamentares através do Fundo Nacional de Saúde – FNS, à título de subvenção social a hospitais e santas casas filantrópicas, de custeio, para aquisição de material de uso único, medicamentos e despesas com pessoal, para a prestação de atendimento médico hospitalar.

§ único – a execução dos recursos de que trata o Art. 1º desta lei deverá observar a meta já pactuada ou a ser pactuada, conforme necessidade local e nos termos do convenio, contrato ou qualquer outro instrumento.

**Autor:** Deputado PROFESSOR VICTÓRIO GALLI

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

**PROJETO DE LEI Nº 10.720 DE 2018**

Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (Lei das Organizações Sociais), para dispor sobre critérios e requisitos para a qualificação de entidades privadas como organizações sociais e sobre regras para celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

**Autor:** Senador JOSÉ SERRA

**Relator:** Deputado FLORIANO PESARO

**PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO****COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DA PEC 383 DE 2017**

Estabelece em seu texto que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deve organizar, de forma descentralizada, a gestão das ações de assistência social, e que a União deve aplicar anualmente no financiamento do SUAS, pelo menos 1% da receita corrente líquida do exercício financeiro.

**Autor:** Deputado DANILO CABRAL

# Plenário

## Votações em destaque

### REQ. 8320/2018 - PLP 137/2015

---



Requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 137/2015, que “dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e dá outras providências”. **VOTO: NÃO**

### MPV 848/2018

---



Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde. **VOTO: SIM**

### PL 3734/2012

---



Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007; revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012; e dá outras providências. **VOTO: SIM**

### PLN Nº 2/2018 - DTQ: ART. 92-A DO SUBSTITUTIVO

---



Fica vedada a aprovação de projeto de lei e a edição de medida provisória relativos a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras nos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, ainda que com efeitos financeiros posteriores a 2019. **VOTO: SIM**

## Emendas Parlamentares

**A**s verbas destinadas aos gastos dos municípios são definidas anualmente no Orçamento Federal, decidido e aprovado conjuntamente pelo Executivo Federal e pelo Congresso Nacional. O governo formula a proposta de orçamento e os parlamentares a avaliam, modificam e aprovam.

O Orçamento federal brasileiro, que estabelece onde será gasto o dinheiro público, é definido de forma conjunta pelo Palácio do Planalto e pelo Congresso Nacional. Mesmo depois de aprovado o Orçamento, a liberação dos recursos depende de uma ordem do Executivo Federal. Mas a Constituição permite que parte dos recursos públicos possam ser liberados com mais agilidade para

os municípios, por meio de emendas parlamentares. Trata-se de um instrumento que permite aos deputados federais e senadores liberarem recursos para os municípios sem a necessidade de submeter o gasto à discussão e aprovação do Congresso.

As emendas destinam-se a despesas específicas, como pavimentação de vias públicas e estradas, reformas de equipamentos públicos (escolas ou hospitais, por exemplo), na compra de equipamentos ou na manutenção de programas governamentais ou sociais. Neste mandato, de 2015 a 2018, o deputado Floriano Pesaro protocolou mais de R\$ 70 milhões em emendas parlamentares para os municípios paulistas. Veja:

Foto: Recapeamento em Barretos





## 2015

### Emendas junto ao Ministério da Saúde

Município	Valor R\$
Assis	500.000,00
Barretos	800.000,00
Campos do Jordão	1.000.000,00
Catanduva	500.000,00
Itatinga	300.000,00
Marília	800.000,00
Mogi Mirim	500.000,00
Ourinhos	800.000,00
Piracicaba	1.000.000,00
Santa Cruz do Rio Pardo	300.000,00
São Paulo	500.000,00
Taboão da Serra	1.450.000,00
Votuporanga	750.000,00

## 2016

### Emendas junto ao Ministério da Saúde

Município	Valor R\$
Campinas	200.000,00
Carapicuíba	300.000,00
Lins	250.000,00
Novo Horizonte	250.000,00
Piracicaba	553.597,00
Taquaritinga	250.000,00
Taquarivaí	3.000.000,00
Votuporanga	1.743.000,00

**2016****Emendas junto ao Ministério da Saúde**

<b>Município</b>	<b>Valor R\$</b>
Araçatuba	500.000,00
Aramina	250.000,00
Barretos	500.000,00
Campos do Jordão	500.000,00
Cardoso	250.000,00
Fernando Prestes	250.000,00
Franca	250.000,00
Ibitinga	163.600,00
Itaberá	250.000,00
Itápolis	250.000,00
Itupeva	250.000,00
Jacareí	500.000,00
Mairiporã	250.000,00
Mogi Mirim	250.000,00
Paraguaçu Paulista	200.000,00
Patrocínio Paulista	250.000,00
Pedregulho	250.000,00
Pindorama	250.000,00
Pirangi	250.000,00
Presidente Prudente	500.000,00
Ribeirão Preto	719.356,00
São Bernardo do Campo	500.000,00
Taboão da Serra	500.000,00
Taquarivaí	250.000,00
Três Fronteiras	250.000,00

  
**2017****Emendas junto ao Ministério da Saúde**

<b>Município</b>	<b>Valor R\$</b>
Alvares Machado	100.000,00
Araçatuba	250.000,00
Assis	200.000,00
Barretos	250.000,00
Boa Esperança do Sul	100.000,00
Bom Sucesso de Itararé	150.000,00
Campina do Monte Alegre	150.000,00
Campos do Jordão	250.000,00
Cravinhos	100.000,00
Fernando Prestes	100.000,00
Ibiúna	300.000,00
Iepê	100.000,00
Indaiatuba	200.000,00
Itaberá	450.000,00
Itapeva	300.000,00
Ituverava	100.000,00
Jacareí	300.000,00
Limeira	100.000,00
Lins	200.000,00
Macaubal	180.000,00
Mairinque	200.000,00
Mairiporã	250.000,00
Matão	200.000,00
Ourinhos	200.000,00
Pilar do Sul	190.000,00
Riolândia	180.000,00
Taquaritinga	200.000,00
Tupi Paulista	100.000,00
Votuporanga	1.640.000,00

**2017****Emendas junto ao Ministério da Saúde**

<b>Município</b>	<b>Valor R\$</b>
Américo de Campos	190.000,00
Barão de Antonina	120.000,00
Buritama	190.000,00
Cosmorama	148.000,00
Iporanga	120.000,00
Itapirapuã Paulista	120.000,00
Mirassolândia	100.000,00
Monte Aprazível	100.000,00
Nazaré Paulista	149.510,00
Nova Campina	120.000,00
Novo Horizonte	100.000,00
Paranapanema	150.000,00
Parisi	100.000,00
Paulo de Faria	150.000,00
Pindorama	100.000,00
Piraju	150.000,00
Pirangi	100.000,00
Pradópolis	100.000,00
Presidente Bernardes	100.000,00
Presidente Epitácio	100.000,00
Ribeirão Bonito	100.000,00
Ribeirão Grande	100.000,00
Riversul	150.000,00
Salto de Pirapora	200.000,00
Santa Cruz do Rio Pardo	100.000,00
São Bernardo do Campo	250.000,00
Sarutaia	146.429,00
Severínia	100.000,00
Taboão da Serra	200.000,00



## 2017

### Emendas junto ao Ministério da Saúde

Município	Valor R\$
Pedranópolis	190.000,00
Ribeirão Branco	120.000,00
Tarumã	222.271,00
Taubaté	300.000,00

## 2018

### Emendas junto ao Ministério da Saúde

Município	Valor R\$
Itaberá	200.000,00
Parisi	100.000,00
Votuporanga	640.000,00



#### FIQUE SABENDO

- Entre os anos de 2015-2018, Floriano visitou mais de 232 cidades em todo Estado de São Paulo.



## 2015

### Emendas junto ao Ministério das Cidades

Município	Valor R\$
Barretos	394.200,00
Campos do Jordão	245.740,00
Catanduva	394.200,00
Marília	394.200,00
Piracicaba	493.100,00
Votuporanga	493.100,00

## 2016

### Emendas junto ao Ministério das Cidades

Município	Valor R\$
Araçatuba	500.000,00
Barretos	500.000,00
Campos do Jordão	250.000,00
Gavião Peixoto	250.000,00
São Bernardo do Campos	500.000,00



## 2017

### Emendas junto ao Ministério das Cidades

<b>Município</b>	<b>Valor R\$</b>
Alvares Machado	250.000,00
Araçoiaba da Serra	250.000,00
Araras	250.000,00
Buri	250.000,00
Campos do Jordão	250.000,00
Capela do Alto	250.000,00
Carapicuíba	300.000,00
Cardoso	250.000,00
Ibirá	200.000,00
Itaberá	300.000,00
Itápolis	300.000,00
Monte Alto	200.000,00
Nova Lusitânia	200.000,00
Piedade	250.000,00
Presidente Prudente	250.000,00
Tabatinga	200.000,00
Taquarivai	250.000,00

## 2018

### Emendas junto ao Ministério das Cidades

<b>Município</b>	<b>Valor R\$</b>
Itaberá	300.000,00



## 2016

### Emendas junto ao Ministério dos Direitos Humanos

Município	Valor R\$
Barão de Antonina	100.000,00
Barretos	100.000,00
Itápolis	100.000,00
Jacareí	100.000,00
Parisi	100.000,00
Pindamonhangaba	100.000,00
Regente Feijó	100.000,00
São Bernardo do Campo	100.000,00
São Roque	100.000,00
Taquarivaí	100.000,00
Três Fronteiras	100.000,00

## 2017

### Emendas junto ao Ministério dos Direitos Humanos

Município	Valor R\$
Parisi	100.000,00



## 2015

### Emendas junto ao Ministério da Cultura

Município	Valor R\$
São Paulo	342.434,00
São Paulo	1.000.000,00

## 2016

### Emendas junto ao Ministério da Cultura

Município	Valor R\$
São Paulo	150.000,00
São Paulo	350.000,00



## 2015

### Emendas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social

Município	Valor R\$
Associação Educacional e Assistencial Casa do Zezinho	350.000,00
Centro Comunitário Maranata de São Paulo	350.000,00
Nosso Lar Casas André Luiz	300.000,00
União Brasileiro-Isarelita do Bem Estar Social UNIBES São Paulo	500.000,00



## 2019 (Previsão)

### Emendas junto ao Ministério da Saúde

Município	Valor R\$
Araras	600.000,00
Barretos	500.000,00
Campos do Jordão	470.774,00
Cardoso	250.000,00
Guarujá	500.000,00
Itaberá	500.000,00
Itapeva	600.000,00
Itápolis	500.000,00
Santa Casa de São Paulo	250.000,00
Santa Casa de Votuporanga	1.000.000,00
São Paulo	9.500.000,00
Taubaté	500.000,00



#### FIQUE SABENDO

- **RESPONSABILIDADE:** Em junho de 2018, o Deputado Floriano Pesaro disse não à criação de mais 300 novos municípios, e toda a estrutura que cada um carrega sendo acompanhado por apenas 35 colegas frente a 337 que aprovaram mais um aumento nas contas públicas.
- **AUSTERIDADE:** Em juho de 2018, o Deputado Floriano Pesaro votou contra a possibilidade de aumento de gastos públicos com folha de pagamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias, outra vez, foi acompanhado por apenas 45 colegas, frente a 209 que apoiaram a irresponsabilidade fiscal.
- **RECONHECIMENTO:** O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA, na pessoa do seu presidente Marco Antônio Soares, emitiu nota pública em apoio ao Projeto de Lei 10.640.2018, de autoria do Deputado Floriano, que prevê a proibição do congelamento, ou desvio de finalidade, dos recursos arrecadados pelos Fundos nacional, estaduais, distrital e municipais da Criança e do Adolescente.

## Ofícios

### Ofício nº 698/2016 REQUER A REALIZAÇÃO DO ENEM AOS DOMINGOS

Requer o reagendamento do exame do ENEM para o dia posterior – domingo, tendo em vista que os alunos judeus entre outros, que são observantes, são obrigados a entrar na sala de prova e esperar muitas horas, pois só podem iniciar a prova após o término do Shabat, ou seja em torno das 18 horas. O ENEM é um exame que pode influenciar o futuro de seus participantes e seu resultado colabora para o ingresso na faculdade, todos deveriam ter o direito de se beneficiar desta oportunidade.

Ao Sr. Ministro da Educação  
José Mendonça Filho

### Ofício nº 50/2018 ALTERAÇÃO DOS VALORES AEROPORTUÁRIO DE ARMAZENAGEM DE OBRAS DE ARTES E OUTROS BENS RELACIONADOS A EVENTOS CULTURAIS

Requer esclarecimento a respeito da alteração dos valores das tarifas aeroportuárias de armazenagem de obras de arte e outros bens relacionados a realização de eventos culturais. Solicito, em especial, que a ANAC se pronuncie formalmente sobre esta modificação que se deu sem alteração da base legal.

Ao Exmo. Sr.  
José Ricardo Botelho  
Diretor Presidente  
Agência Nacional da Aviação Civil - ANAC

## Requerimentos

### REQ 738/2018 CSSF

PL 571/2011 Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir o PL nº 571, de 2011. Que autoriza o maior de 16 anos desde que emancipado, a obter habilitação de motorista.

### REQ 168/2018 CCULT

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Cultura, para debatermos a instituição do Dia Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capital.

## Requerimentos de Informação

### RIC 3706/2018

Solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil, o senhor Eliseu Padilha, a respeito da alteração das tarifas aeroportuárias relacionadas aos eventos culturais.

### RIC 3705/2018

Solicita informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, o senhor Carlos Marun, a respeito da alteração das tarifas aeroportuárias relacionadas aos eventos culturais.

### RIC 3704/2018

Solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o senhor Valter Casimiro Silveira, a respeito da alteração das tarifas aeroportuárias relacionadas aos eventos culturais.

### RIC 3703/2018

Solicita informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, o senhor Aloysio Nunes Ferreira, a respeito da alteração das tarifas aeroportuárias relacionadas aos eventos culturais.



Foto: Participantes do "Um dia com o Deputado", Petrina Santos, Gabriel Pandini e Adriana do Carmo Moreira.

## Um dia com o Deputado

**E**ste programa inovador, iniciado em 2011 quando ainda era vereador na Câmara Municipal de São Paulo, busca trazer jovens mais perto do dia a dia dinâmico de um parlamentar ativo. Foi a fórmula encontrada para desmitificar a imagem negativa dos políticos frente a população com uma proposta diferente. Já que os participantes vieram de diferentes regiões do estado de São Paulo e capital.

Recebemos a visita de estudantes e jovens vereadores interessados em saber o que, de fato, faz um deputado federal no Congresso Nacional e como ele atua para melhorar a vida das pessoas.

Ao conhecer a rotina do parlamentar, acompanhando-o em todas as atividades, reuniões e eventos de sua agenda, aprendem sobre o funcionamento do Legislativo Federal, fazem um passeio pela Câmara dos Deputados, visitando além do gabinete, o plenário durante a Sessão.

Assim tem a possibilidade de se engajarem fazendo sugestões, propostas e críticas para ajudar a construir um país mais humano e igualitário.



**"Essa é a definição de orgulho para mim! Ter um deputado federal honesto, competente e próximo aos cidadãos é fundamental para aproximar os bons da política. O Floriano Pesaro é o meu deputado! E eu só tenho razões para me orgulhar disso!"**

**Gabriel Pandini**

# #DeuNaMídia





# MAPA DO IMPEACHMENT

## Floriano Pesaro

Deputado - PSDB/SP

Inicio São Paulo Deputado Floriano Pesaro



Floriano Pesaro  
Deputado - PSDB/SP

Entre em contato com o Deputado

**Nome:** Floriano Pesaro  
**Nome Civil:** Antonio Floriano Pereira Pesaro  
**Cargo:** Deputado (PSDB/SP)  
**Mandato:** 2015 - 2019  
**Telefone:** (011) 3215-5915  
**E-mail:** dep.florianopesaro@camara.leg.br  
**Site:** <http://www.florianopesaro.com.br/>  
**Página:** Página na Câmara

Facebook

Twitter

Instagram

Youtube



Início » Notícias do PSDB » Fortalecido, PSDB reunirá deputados em cerimônia de posse

## Fortalecido, PSDB reunirá deputados em cerimônia de posse



Neste domingo (1º) ocorre a posse dos deputados eleitos para a nova legislatura da Câmara dos Deputados (2015-2019). A data será marcada ainda pela eleição da Mesa Diretora, com escolha do presidente, vice-presidentes e secretários. O PSDB, que teve sua bancada ampliada de 44 para 54 deputados, será novamente o terceiro maior partido e a principal legenda de oposição da Casa.

[LEIA A EDIÇÃO ESPECIAL DO "DIÁRIO TUCANO" COM OS PERFS DOS NOVOS DEPUTADOS DO PSDB](#)

Às 10 horas, em sessão preparatória no Plenário Ulysses Guimarães, serão proclamados os nomes dos parlamentares eleitos, que deverão firmar o compromisso de "defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". Seguindo as normas, a sessão será presidida pelo deputado Miro Teixeira (Pros-RJ), que é o mais idoso entre os parlamentares com maior número de mandatos. Entre os que tomarão posse, 289 são deputados reeleitos, 26 já tiveram mandato em algum momento e 198 chegam à Câmara pela primeira vez.

Após a cerimônia, os deputados terão até as 13h30 para registrarem a formação de blocos parlamentares na Secretaria-Geral da Mesa Diretora (SGM). Às 14h30, ocorre a primeira reunião de líderes para definir quais partidos ou blocos ocuparão cargos na Mesa. A eleição começa às 18 horas.

### Partido revigorado

No pleito de 5 de outubro, o PSDB mostrou mais uma vez sua força em todo o país ao eleger 54 deputados federais – foi o único entre os três maiores partidos a crescer em relação à legislatura anterior – consolidando-se como a terceira maior bancada entre os 28 partidos que terão assento na Câmara. Desses, 26 são novos parlamentares, três são suplentes na bancada atual e os demais vitoriosos conquistaram a reeleição.

A bancada ganhará, a partir de domingo, reforços importantes entre novatos e veteranos: ex-prefeitos muito bem avaliados, ex-secretários de Estado e outros tantos políticos de peso que ajudaram a combater os desmandos do governo petista e lutaram por uma sociedade mais justa.

Somente São Paulo terá 14 representantes tucanos. Minas Gerais, com sete, e Goiás, com seis, são as outras duas unidades da federação com mais deputados federais eleitos pelo PSDB. Entre os eleitos estão vários campeões de votos em seus estados, nomes de destaque da política regional e consagrados políticos que retornam ao Parlamento.

Três deputados que tomarão posse no domingo pedirão licença em seguida para assumir Secretarias em seus estados: os paulistas **Duarte Nogueira** e **Florianio Pesaro**, titulares das pastas de Transportes e Desenvolvimento Social, respectivamente, darão lugar a **Antonio Carlos Mendes Thame** e **Lobbe Neto**. Já **Marcio Monteiro**, secretário de Fazenda em Mato Grosso do Sul, deixará o lugar para um parlamentar do Solidariedade.

PSDB

**Floriano Pesaro defende ações articuladas e preventivas para reduzir acidentes de trânsito**

Nesta Semana Nacional do Trânsito, que vai até a próxima terça-feira (25), o Brasil enfrenta os números trágicos da violência nas ruas e rodovias do país e suas consequências na economia. Somente no primeiro semestre deste ano, os acidentes graves causaram um impacto econômico de cerca de R\$ 96,5 bilhões, segundo estudo baseado em indicadores do DPVAT, o seguro obrigatório.

Nesta quinta-feira (20), o deputado Florianio Pesaro (SP) afirmou que a mudança de cultura de trânsito no país ainda é um grande desafio. Pelos cálculos do Centro de Pesquisa e Economia do Seguro, da Escola Nacional de Seguros, os acidentes graves de trânsito retiraram quase 40 mil pessoas do mercado de trabalho e reduziram a capacidade produtiva do país. E isso apenas de janeiro a junho deste ano. Foram 19.300 mortes no período e 20 mil casos de invalidez permanente. O trabalho gerado por essas vítimas, caso não tivessem se acidentado, renderia mais de R\$ 96 bilhões para a economia.

Para o deputado do PSDB, o Brasil carece de políticas públicas sérias na área. “O que falta é um planejamento mais articulado entre os diversos órgãos públicos e educação para o trânsito, que de fato possa dar mais segurança a todos. É um grande desafio que temos hoje”, aponta.

**TRABALHO ARTICULADO**

O parlamentar afirma que São Paulo tem dado o exemplo com programas de segurança no trânsito e redução no número de vítimas do trânsito. Entre janeiro e agosto de 2015, foram 4.093 óbitos em decorrência de acidentes de trânsito. No mesmo período de 2018, foram 3.547. A queda dos números é resultado do trabalho realizado pelo governo paulista. Sob o comando do ex-governador Geraldo Alckmin e inspirado na “Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020)”, da Organização das Nações Unidas (ONU), o estado criou o Movimento Paulista de Segurança no Trânsito com objetivo de reduzir pela metade o número de vítimas fatais no trânsito até 2020.

O programa é totalmente articulado entre nove secretarias de Estado e órgãos como polícias, Corpo de Bombeiros, Detran e DER. Os esforços para salvar vidas incluem investimentos em gestão da segurança viária, com ampliação da sinalização e

iluminação; campanhas por veículos mais seguros e usuários mais conscientes sobre questões como uso de cinto de segurança e combinação álcool-direção; e resposta pós acidente.

Nesse sentido, para auxiliar na elaboração de políticas públicas relacionadas à segurança no trânsito, foi criada uma ferramenta inédita no país: o Infosiga SP, um banco de dados que reúne informações de acidentes, fornece dados de faixa etária e gênero da vítima, tipo do veículo envolvido e perfil do acidente. Com ele, é possível traçar um diagnóstico mais preciso das características dos acidentes e, assim, planejar e estabelecer políticas públicas mais eficazes de prevenção em benefício de toda a sociedade. Outra solução inovadora é o Infomapa SP, que traz a posição geográfica das ocorrências com vítimas fatais no estado. Nele é possível ver a localização dos acidentes, o período em que aconteceu o acidente (manhã, tarde, noite e madrugada) e o tipo de ocorrência.

Segundo Pesaro, iniciativas como essa são fundamentais para que haja planejamento e prevenção e assim novos acidentes sejam evitados. Além do mais importante, que é salvar vidas, o tucano lembra que essa prevenção gera economia aos cofres públicos. “Conseguimos diminuir o gasto público quando prevenimos os acidentes. O PSDB mostrou como se faz isso em São Paulo e hoje o estado é um dos grandes exemplos”, afirma.

**LONGE DA META**

De acordo com o estudo da Escola Nacional de Segurança, 92% dos acidentados no país estão na fase economicamente ativa, de 18 a 65 anos, e 75% são homens. O Infosiga reforça a estatística. O levantamento feito pelo Movimento de Segurança no Trânsito de São Paulo mostra que a faixa etária com mais vítimas fatais é dos 18 aos 24 anos. Foram 3.349 mortes de janeiro de 2015 a agosto de 2018 nessa faixa etária.

Até o Dia Nacional do Trânsito, 25 de setembro, uma série de campanhas preventivas e de conscientização ocorre em todo país. O principal objetivo da data é o desenvolvimento da consciência social sobre os cuidados básicos que motoristas e pedestres devem ter no trânsito. Levantamento do Ministério da Saúde divulgado aponta que, em seis anos, houve uma redução de 27,4% dos óbitos nas capitais do país. Em 2010, foram registrados 7.952 óbitos, contra 5.773 em 2016, o que representa uma diminuição de 2,1 mil mortes no período. Apesar da redução, o país segue longe da meta estabelecida pela ONU, que prevê redução de 50% no número de vítimas em 10 anos, contados a partir de 2011.



## Mãe, sinônimo de família

Chegamos ao mês de maio e vamos novamente falar e ouvir, em todos os lugares, sobre as maravilhas e os desafios da maternidade. Mas falar de mães, hoje, é falar da condição da mulher na sociedade e de suas lutas por igualdade de direitos, pela erradicação da violência e da discriminação de gênero. Uma luta árdua que muitas vezes é inviabilizada por questões mais complexas que afetam a mulher em seu contexto de mantenedora da família.

De fato, um tema dos mais desafiadores para a formulação de programas e políticas públicas para a Assistência Social, seja no âmbito da Proteção Social Básica, seja no da Proteção Social Especial, é o trabalho com as chamadas "Famílias Invisíveis". Ou seja, aquelas famílias e mulheres grávidas que se encontram em situação de migração ou de rua, de moradia irregular em ocupações urbanas ou que fazem parte de grupos específicos, como os indígenas. No Estado de São Paulo, a grande preocupação sempre foi garantir os direitos e a satisfação das necessidades da população em qualquer situação de vulnerabilidade social. Mas, por conta de sua situação peculiar, as famílias invisíveis muitas vezes têm dificuldade de acesso e permanência nos serviços socioassistenciais. Por isso, tão importante quanto dar assistência às famílias que têm seus direitos violados, é ampliar o debate com toda a sociedade sobre as possibilidades de garantir e assegurar a autonomia dentro da diversidade. Porque não estamos falando de minorias. Certamente, as famílias invisíveis não são um grupo social dominante, mas tampouco podem ser vistas e tratadas como minorias, já que esta é uma abordagem altamente discriminatória. Quando tratamos das políticas públicas, se o foco é incluir, não podemos considerar nenhum grupo como minoria e, portanto, correr o risco de tentar "absorvê-lo". Antes, a situação de invisibilidade dessas famílias significa situação de desproteção social. Elas são invisíveis porque estão desprotegidas.

A Grande São Paulo concentra uma grande quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza (mais de 1,1 milhão de pessoas segundo o IBGE), o que faz com que a preocupação se volte imediata e quase sempre apenas para a questão econômica. Daí nascem as políticas paternalistas que estão longe de garantir proteção verdadeira e autonomia para as famílias vulneráveis. Acontece que a desproteção é resultado de diversas formas de vulnerabilidade que vão além do aspecto econômico.

Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, que não se manifesta sempre da mesma forma e que precisa ser muito bem compreendido para que se possa encontrar as respostas adequadas e eficientes para o seu enfrentamento. Sob pena de se perpetuar as causas da vulnerabilidade, agravando a situação das famílias para um estado de risco impossível de ser enfrentado com paternalismos.

As famílias invisíveis são aquelas submetidas à exclusão social, econômica, política e cultural, aquelas famílias que não são alcançadas pelos canais de proteção pública: trabalho, moradia, serviços sociais públicos e redes de convivência e integração social. E aqui fica clara a necessidade de integração das áreas da educação, saúde, previdência e assistência social, de forma a garantir a justiça social. A formulação de políticas públicas e programas sociais devem contemplar as desigualdades dentro da vulnerabilidade, para poder tratar cada caso de maneira eficaz e duradoura, por meio um trabalho social efetivo com as famílias invisíveis.

Desde 2015 a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de São Paulo assumiu o compromisso de trabalhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecidos como os 17 objetivos para transformar o mundo. Hoje, a política social praticada no Estado dialoga com vários dos 17 ODS, como a erradicação da pobreza, considerando todas as suas dimensões e situações de vulnerabilidade. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), também busca alcançar vários objetivos dos ODS (como erradicação da fome, da desigualdade e da pobreza), por meio de seus serviços, programas e projetos.

Estou convencido de que os ODS estão intimamente ligados à promoção da justiça social e econômica e à busca de um Estado mais justo, sustentável, solidário e humanizado, no qual as famílias hoje invisíveis encontrem condições de acesso e de respostas positivas aos programas e políticas sociais a elas destinados. Com uma rede de proteção social assegurada, nossas mães poderão, enfim, avançar efetivamente na conquista e consolidação dos direitos das mulheres e exercer a maternidade com plenitude.



**FLORIANO PESARO**  
REVISTA CITY PENHA

MAIO/2018

## EDUCAÇÃO E CULTURA

16/07/2018 - 12h28

# Comissão inclui alfabetização plena e leitura como objetivos da educação básica

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que inclui a alfabetização plena e a capacitação para a leitura ao longo da educação básica como dever do Estado. A medida está prevista no Projeto de Lei **9575/18**, do deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

Pelo texto, a obrigação entra na relação de deveres previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei **9.394/96**), que incluem a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos.

O relator, deputado Floriano Pesaro (PSDB-SP), avaliou que a obrigatoriedade vai orientar as políticas públicas e a atuação de gestores e educadores para estabelecer um processo gradual e contínuo para a formação plena de leitores.

“O desenvolvimento das habilidades de leitura ao longo da formação básica dos nossos estudantes deve ser medida urgente a ser adotada para que os direitos e objetivos educacionais se efetivem e a educação básica cumpra seu papel com a qualidade e a eficácia necessárias”, avaliou.

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Luis Macedo/Câmara dos Deputados*



Pesaro: A medida é relevante tanto para orientar as políticas públicas e a atuação de gestores e educadores, quanto para permitir à população exigir seu direito primordial de aprender a ler com competência



## De volta ao Parlamento, Floriano Pesaro defende desenvolvimento social



Nos últimos anos, o tucano esteve à frente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de São Paulo.

Depois de pouco mais de três anos licenciado e comandando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de São Paulo, o deputado **Floriano Pesaro (SP)** reassumiu seu mandato na Câmara reafirmando o compromisso com a área social. Em discurso nesta quinta-feira (12), o parlamentar destacou as prioridades de seu trabalho no Parlamento, como a atenção ao desenvolvimento social e a garantia de recursos para seu estado.

Pesaro fortaleceu a área social em São Paulo e entregou a pasta com resultados marcantes para a eficiência da execução das políticas públicas, como a unificação de programas e a redução de custo que permitiu elevar substancialmente os recursos aplicados na assistência social, mesmo com um corte de 25% no orçamento da pasta entre 2014 e 2018.

Uma das ações imediatas do tucano na Casa será a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende vincular 6% do orçamento para o Fundo Nacional de Assistência Social.

"Estou de volta ao Congresso Nacional com a missão de trabalhar pelo desenvolvimento social, assegurar recursos para o estado de São Paulo e defender a reforma política", assegura Pesaro.

O tucano, designado integrante da Comissão de Seguridade Social, pretende trabalhar temas como o Sistema Único de Assistência Social — SUAS. "Recursos vinculados a esse sistema são necessários para que ele de fato funcione e possa financiar os serviços sócio assistenciais nos municípios", defende.

Da mesma forma, o parlamentar afirma que pretende trabalhar por causas e políticas voltadas à primeira infância ao desenvolvimento infantil, já preconizadas no Marco Legal da Primeira Infância. "Damos prioridade absoluta para crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e segmentos vulneráveis da sociedade, como negros, mulheres e população LGBT".

Pesaro também integrará a Comissão de Educação, área na qual teve vasta experiência quando participou do governo Fernando Henrique, sendo um dos responsáveis pela criação do Fies e do Bolsa Escola.

"É meu compromisso o desenvolvimento social e econômico, acima de tudo; com as reformas constitucionais necessárias para o crescimento sustentável do Brasil; com a minha comunidade judaica, respeitando os nossos preceitos, a nossa história e a nossa luta pela paz", reforçou o deputado, que aproveitou o discurso para reafirmar sua parceria com o ex-governador Geraldo Alckmin e agradecer o trabalho do correligionário, que deixou o comando do estado para se apresentar como pré-candidato à Presidência da República.

Enquanto esteve como secretário em São Paulo, Pesaro reassumiu seu posto na Câmara em momentos determinantes da vida do país, como o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância.

(Djan Moreno/ Foto: Alexssandro Loyola)

## EDUCAÇÃO E CULTURA

04/06/2018 - 14h51

### Comissão aprova oferta obrigatória de creche e pré-escola também na área rural

A Comissão de Educação aprovou projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para definir que a oferta de educação infantil em creches e pré-escolas por parte dos municípios estende-se às zonas urbanas e rurais, na proporção da distribuição da população (PL **8618/17**).

A LDB (Lei **9.394/96**) já estabelece como incumbência dos municípios a oferta da educação infantil, mas não faz nenhuma referência ao fato de essa oferta ter de abranger as áreas urbanas e rurais.

A aprovação foi recomendada pelo relator, deputado Floriano Pesaro (PSDB-SP). “A proposta obriga os poderes públicos municipais a resolver a flagrante desigualdade de acesso à educação infantil nas zonas rurais em comparação com as urbanas”, disse. “É iniciativa de inquestionável relevância, por buscar equilibrar a oferta dessa etapa de grande importância da educação básica.”

A aprovação foi recomendada pelo relator, deputado Floriano Pesaro (PSDB-SP). “A proposta obriga os poderes públicos municipais a resolver a flagrante desigualdade de acesso à educação infantil nas zonas rurais em comparação com as urbanas”, disse. “É iniciativa de inquestionável relevância, por buscar equilibrar a oferta dessa etapa de grande importância da educação básica.”

*Luís Macedo/Câmara dos Deputados*



Pesaro aponta falta de acesso à educação infantil nas zonas rurais

# Diário de Votuporanga



## FLORIANO PESARO É ELEITO O MELHOR DEPUTADO FEDERAL POR SÃO PAULO

Reconhecimento é da ONG Ranking dos Políticos e ainda aponta Pesaro como o quarto melhor do Congresso Nacional; em Votuporanga, ele destinou quase R\$ 5 milhões em recursos

Floriano Pesaro foi eleito o melhor deputado federal por São Paulo e o quarto melhor do Congresso Nacional pela ONG Ranking dos Políticos.

Pesaro reassumiu seu mandato na Câmara Federal em abril deste ano e destacou-se imediatamente por sua atuação firme e vigilante sobre os temas que mais interessam à sociedade brasileira, como a garantia dos recursos para cultura e esportes no Orçamento da União e o impedimento de que as verbas da assistência social sejam contingenciadas e/ou desviadas para outras finalidades.

Esse destaque, no entanto, não é surpresa. Quando foi vereador na cidade de São Paulo, Floriano Pesaro foi considerado o melhor parlamentar da Câmara Municipal pela ONG Voto Consciente. Ficha limpa, um dos mais assíduos, austero em suas contas e incansável no trabalho parlamentar, logo que voltou à Câmara Floriano Pesaro passou a integrar a Comissão de Seguridade Social e da Família e a Comissão de Educação e foi escolhido relator de mais de 10 projetos de lei. O deputado também apresentou alguns dos mais importantes projetos de lei de proteção à infância e à juventude, como os PLS 10214/2018 e 10215/2018, que restringem o acesso de adolescentes e jovens menores de idade a bebidas alcoólicas.

Mesmo quando seu voto é vencido por majorias quase absolutas – ele foi um dos apenas 45 votos contra a possibilidade de aumento dos salários dos funcionários públicos no próximo ano – Floriano é intransigente em sua posição. “O governo passa por enormes dificuldades financeiras e esta não é a hora de falar em aumento de salários e de gastos, mas sim em eficiência e trabalho pesado”, sustenta o deputado.

ESTADÃO

Política

## Alckmin nacionaliza agenda e articula ‘bancada’

Governador de São Paulo atua para ganhar espaço em postos-chave do PSDB com o objetivo de fortalecer seu nome como candidato do partido em 2018

Pedro Venceslau, O Estado de S. Paulo  
22 Outubro 2016 | 18h00

Considerado o maior vitorioso do PSDB nas eleições municipais, o governador Geraldo Alckmin atua agora para expandir sua influência para além de São Paulo e ganhar espaço na bancada do partido no Congresso, hoje dominada por aliados do ministro das Relações Exteriores, José Serra, e do senador Aécio Neves (PSDB-MG).

A movimentação, que visa a disputa ao Palácio do Planalto em 2018, tem como objetivo reforçar a “bancada alckmista” na Câmara para os debates sobre as escolhas de postos-chaves do parlamento e do partido, que acontecem entre o fim de 2016 e os primeiros meses de 2017. Além de Alckmin, Serra e Aécio aparecem como nomes tucanos cotados para a sucessão de Michel Temer.

A primeira medida do governador neste sentido será exonerar, até o fim do ano, o seu secretário de Desenvolvimento Social, o deputado federal Floriano Pesaro (PSDB-SP), para que ele reassuma o cargo em Brasília.

Segundo tucanos próximos ao governador, a ideia é que ele entre na linha de frente de Alckmin nos bastidores e em discursos na tribuna da Casa para pavimentar o projeto do governador. Além de Pesaro, outros cinco deputados formam o chamado “núcleo duro” de Alckmin na bancada - Silvío Torres, Eduardo Cury, Miguel Haddad, Vitor Lippi e Vanderlei Macris.

O reforço na bancada também tem como justificativa compensar a perda de dois aliados-chave do Palácio dos Bandeirantes na Câmara. Bruno Covas, eleito vice-prefeito da capital, e Duarte Nogueira, que lidera as pesquisas de intenção de voto para a prefeitura de Ribeirão Preto.

Em outra frente, o governador da reforçar o escritório de representação de São Paulo em Brasília. Ex-chefe da Casa Civil de Alckmin, Edson Aparecido, que não conseguiu se eleger vereador na capital, deve assumir o posto em breve.

### PROTAGONISMO

Segundo Torres, secretário geral do PSDB e um dos principais aliados do governador, Alckmin assumiu um “protagonismo compulsório”. “O governador vai se movimentar mais, pois será mais demandado. Mas a prioridade dele é o governo”, disse.

Presidente do PSDB paulista, o deputado estadual Pedro Tobias vai além: “Há uma avenida para o Alckmin. todas as condições estão a favor dele.”

Para “nacionalizar” sua gestão, Alckmin também tem viajado pelo país. Tendo como mote uma de suas bandeiras, os testes clínicos de vacinas contra a dengue produzidas pelo Instituto Butantã, o governador esteve em Recife, Cuiabá, Campo Grande e Sergipe, e deve visitar ainda outros Estados.

O governador também intensificou o diálogo com outros governadores tucanos, como Beto Richa, do Paraná, e Marconi Perillo, de Goiás.

Os momentos determinantes para os postulantes tucanos à Presidência serão a escolha do líder da bancada na Câmara, em novembro, a eleição da Mesa Diretora da Câmara, em fevereiro, e a formação da nova executiva nacional, em maio. Também em fevereiro, Alckmin vai tentar emplacar um aliado do seu grupo na presidência do PSDB paulista. Quatro nomes ligados a ele são citados para o posto: Macris, Torres, Covas e Pesaro.

A ideia é inviabilizar uma possível candidatura “avulsa” do senador José Aníbal (PSDB-SP), que é ligado a Serra.

“O governador vai se movimentar mais, pois será mais demandado. Mas a prioridade dele é o governo.”, Silvío Torres (PSDB-SP), deputado federal

”



## Discursos

**ASSUNTO: Assunção do mandato**

**DATA: 09/07/2015**

Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, faço aqui a minha estreia no dia de hoje, pois reassumi o mandato por esses dias e deixei temporariamente a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Quero aproveitar, Sr. Presidente, para falar do que são os maiores programas de segurança alimentar do Brasil, que se dão no Governo do Estado de São Paulo, que são os programas de segurança alimentar Vivaleite e Bom Prato. Os dois programas juntos oferecem mais alimento do que qualquer outro programa no Brasil, do que qualquer outro programa em âmbito nacional. São 350 mil crianças que recebem leite todos os dias do Programa Vivaleite.

Esse programa, que é dirigido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, distribui leite através das organizações não governamentais, em parceria com as Prefeituras de São Paulo. Também oferecemos leite para mais de 150 mil idosos, três vezes por semana, além do Bom Prato, que é o maior programa de segurança alimentar que produz 85 mil refeições diárias no Estado de São Paulo.

São 49 restaurantes populares que oferecem alimentação balanceada de 2 mil calorias a 1 real. Repito: 1 real! Esses são os dois maiores programas de segurança alimentar que temos hoje no Brasil. Sr. Presidente, nós estamos empenhados, junto com a Saúde e a Educação, para ampliar os benefícios a essas crianças e a essas famílias que vivem numa situação de extrema pobreza, com renda de até um quarto do salário mínimo per capita, oferecendo programas de educação e de saúde, como o Saúde da Família e também o Primeiríssima Infância, que é o nosso programa para crianças de zero a 6 anos de idade.

**ASSUNTO: O PT e suas falácias****DATA: 09/07/2015**

Sr. Presidente, Deputado Beto Mansur, queria agradecer aos colegas de bancada, aos meus Líderes, que cederam gentilmente o tempo para este pronunciamento. Quero cumprimentar meus colegas da bancada de São Paulo, em nome do Deputado Bruno Covas. Quero também cumprimentar o meu amigo Deputado Caio Narcio e os demais Deputados aqui presentes.

Até tenho vontade de comentar aquilo que o Deputado Chico d'Angelo acaba de relatar sobre o meu partido, na visão dele, na visão de um Parlamentar do PT. Mas realmente não vou falar do PT neste momento, porque o que está sendo falado do PT já está nas páginas policiais dos jornais, já é bastante conhecido pela população.

Acho curioso alguém falar que o PSDB tem mudado a sua posição, do que era na sua fundação para o que é hoje, ou seja, alguém do PT. Basta ver o que se propunha o PT no início e o que é o PT nos dias de hoje. O PT está totalmente desfigurado. Aliás, nas palavras do próprio Líder supremo pe-tista, o ex-Presidente Lula, nem ele mais reconhece as práticas e o modus operandi do Partido dos Trabalhadores.

Eu não vou entrar nesse tema porque não é o tema que eu quero tratar nesta tarde, Sr. Presidente. Mas, realmente, lamento que um Deputado do PT possa aqui discorrer, na Liderança do PT, sobre o nosso partido, o PSDB, que segue a sua trajetória histórica de luta pela democracia, pela defesa da Constituição e, acima de tudo, pela ética.

O PSDB é um partido que trabalha com ética, que trabalha pelo interesse público e para que o Estado brasileiro possa, de fato, trabalhar pelo desenvolvimento do seu povo, e não exclusivamente do seu partido. O PSDB é um partido que não trabalha com aparelhamento do Estado para os companheiros, as companheiras, os camaradas.

O PSDB trabalha com os servidores públicos de carreira, aqueles que, de fato, independente do Governo de plantão, trabalhem para o desenvolvimento do nosso povo, acima de tudo com ética. E o nosso lema, do qual nós nunca nos esqueceremos - longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas -, é importante nos dias de hoje, especialmente dado o partido que governa o Brasil há 12 anos e que usa o lema às avessas: perto das benesses e longe do poder das ruas. Esse é o PT de hoje!

Caros colegas Deputados, amigos, Sr. Presidente Beto Mansur, quero aqui, meu colega Vitor Lippi, meu colega Heráclito Fortes, com quem eu tenho a honra aqui de dividir esta Casa no dia de hoje, Deputado Rubens Bueno, com quem tive também a honra de estudar em Harvard sobre a primeira infância, que é a nossa especialidade, quero agradecer a todos esta oportunidade.

Na próxima segunda-feira, dia 13 de julho, no Palácio dos Bandeirantes, o Governador Geraldo Alckmin, Deputado Bruno Covas - e V.Exa. estará conosco lá, com certeza, e também o Deputado Vitor Lippi -, fará um grande evento, um grande ato em homenagem aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É importante destacar que, nesses 25 anos, São Paulo foi o Estado que implantou integralmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, em sua parte mais conhecida: a discussão sobre a reclusão ou o período em que os jovens podem ficar internados, e o período de internação na Fundação Casa, que, diga-se passagem, é hoje a melhor instituição pública do Brasil em relação à internação de jovens infratores. Não há nenhuma instituição pública no Brasil que abrigue jovens com a competência, com a qualidade do serviço e com a quantidade exata preconizada no Estatuto da Criança, como a Fundação Casa de São Paulo.

Quero parabenizar, Deputado Vitor Lippi, a nossa Presidenta Berenice Giannella, que faz um trabalho magnífico - e não é de hoje - à frente da Fundação Casa. No próximo dia 13, o Governador vai reunir no Palácio dos Bandeirantes grandes organizações sociais que trabalham com crianças e adolescentes.

Vai reunir também jovens que, de alguma forma, são militantes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Também estamos, através do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente, liberando 30 milhões de reais para programas e projetos que visam proteger e emancipar os nossos jovens do ponto de vista intelectual, do ponto de vista da sua formação.

São projetos em seis eixos: educação, saúde, assistência social, pessoa com deficiência, esporte e cultura. Para esses seis eixos, o Governo do Estado de São Paulo, a partir da próxima semana, autorizará a liberação de 30 milhões de reais do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, um fundo constitucional, fruto de doação de empresas e pessoas físicas.

Nós conseguimos, através de um edital publicado há quase 60 dias, reunir organizações sociais de todo o Estado de São Paulo que vão apresentar projetos relativos à primeira infância, de 0 a 6 anos de idade, Deputado Rubens Bueno.

Esta é a nossa vocação no Estado de São Paulo: proteger aqueles que mais precisam. Nós estamos trabalhando não só para proteger as nossas crianças, mas também para cumprir integralmente o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Hoje, São Paulo já trabalha com escolas em período integral. Temos o Programa Primeiríssima Infância, que trabalha pela proteção de crianças de 0 a 3 anos, dando atenção integral, inclusive com o PSF – Programa Saúde da Família. Os médicos do Saúde da Família trabalham integralmente o cuidado com essas famílias. Enfim, quero aqui trazer esta boa notícia do nosso Governador Geraldo Alckmin, que faz um trabalho forte, profundo e, na minha opinião, muito competente com relação à proteção das nossas crianças.

## ASSUNTO: Desenvolvimento Social no Estado de São Paulo

DATA: 20/10/2015



Quero comunicar o meu retorno esta semana à Câmara dos Deputados. Sou Deputado Federal pelo PSDB de São Paulo. Esta semana vamos apresentar emendas ao Orçamento. Nosso intuito é obviamente garantir recursos para as áreas da saúde, da educação e da assistência social. Sr. Presidente, peço atenção aos colegas neste horário do Pequeno Expediente para o discurso que farei em seguida sobre a crise econômica, que já se torna uma brutal crise social, preocupando os gestores da assistência social de todo o Brasil - dos Municípios e dos Estados.

O Brasil passa por uma grave crise econômica que já se transformou em crise social. Ainda assim, conseguimos fazer história na área social no Estado de São Paulo. Inauguramos dois Centros de Convivência do Idoso na região de Rio Preto na semana passada. Os equipamentos fazem parte do Programa São Paulo Amigo do Idoso, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que investiu 500 mil reais para a construção e deve beneficiar cerca de 280 idosos. Nos equipamentos, os idosos irão realizar atividades de pilates, caminhada, jogos, bailes, atividades lúdicas, de entretenimento, entre outras, para manter a saúde física e mental.

Quero destacar o envelhecimento populacional e a importância dos Municípios e do Estado prepararem políticas públicas de qualidade para atender a essa parcela da população. A atenção integral aos idosos foi uma determinação do Governador Geraldo Alckmin. São Paulo é o primeiro Estado amigo do idoso e trabalhamos para o fortalecimento e expansão da rede socioassistencial voltada aos idosos. A Casa de Passagem Terra Nova, equipamento que atende refugiados e vítimas de tráfico de pessoas, completou 1 ano este mês, no Estado de São Paulo.

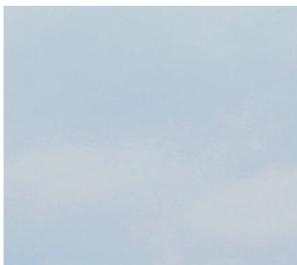


Foto: Comunidade em São Paulo

Destaco a importância da iniciativa e a preocupação do Governo do Estado com o fluxo migratório crescente, já que São Paulo é o Estado que mais recebe solicitações de refúgio do País. Quero citar a minha história como exemplo de como o País sempre recebeu bem o imigrante e as possibilidades de construção de um futuro melhor: Sou filho de imigrantes italianos que vieram para o Brasil na época da Segunda Guerra Mundial para escapar da perseguição nazista. Com conhecimento, cultura e perseverança pudemos construir nossa vida aqui, e sou prova disso.

Desde a inauguração, em 2 de outubro de 2014, a Casa já acolheu 144 pessoas. Atualmente, são atendidas 46 pessoas vindas da Síria, da Nigéria, de Guiné, de Gana, da República Democrática do Congo, de Camarões, de Angola e da Bolívia.

Durante a cerimônia também foi assinada a renovação do convênio com a Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana (CROPH), entidade que hoje faz o gerenciamento da Casa. O novo convênio tem vigência para os próximos 12 meses e valor de 1,6 milhão de reais. O equipamento funciona 24 horas e tem capacidade para acolher 50 pessoas. As famílias com filhos de até 18 anos têm atendimento prioritário. O local conta com 10 quartos com banheiros internos, área de convivência, brinquedoteca, refeitório, lavanderia, copa e salas de atendimento individualizado.

Além disso, oferece apoio social, psicológico e jurídico, atividades de convivência e ocupacionais, orientação profissional, atividades culturais, oficina de idioma (Língua Portuguesa), auxílio para inclusão produtiva e encaminhamentos a redes de políticas públicas necessárias ao empoderamento e fortalecimento dos usuários e da garantia de seus direitos.

Para o preenchimento das vagas, os encaminhamentos são feitos por meio dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) das Regiões Metropolitanas de São Paulo, pela Cáritas, Missão Paz, pela Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania e pelo Posto Humanizado de Guarulhos.

De acordo com o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), a população de refugiados no Brasil cresceu de forma acelerada entre 2013 e 2014 (até outubro - data da publicação do último relatório). Segundo o Comitê, o País possui atualmente 7.289 refugiados reconhecidos de 81 nacionalidades distintas. Em 2014, a maioria das solicitações de refúgio foi apresentada em São Paulo (26% do total), seguido pelo Acre (22%), Rio Grande do Sul (17%) e Paraná (12%).

O Programa de Segurança Alimentar do Governo do Estado de São Paulo foi criado em dezembro de 2000, com objetivo de oferecer à população de baixa renda refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível. Atualmente há 49 unidades no Estado, sendo 22 localizadas na Capital, oito na Grande São Paulo, cinco no litoral e 14 no interior. A rede de restaurantes Bom Prato serve diariamente mais de 82 mil refeições (inclusive o que é servido nos fins de semana na unidade de Campos Elíseos).

O almoço, com 1.200 calorias, composto por arroz, feijão, salada, legumes, um tipo de carne, farinha de mandioca, pãozinho, suco e sobremesa (geralmente uma fruta da época) tem custo de R\$1,00 para o usuário. O subsídio governamental é de R\$ 3,50 para adultos e de R\$ 4,50 para crianças com até 6 anos, que têm a refeição gratuita. Já o café da manhã tem leite com café, achocolatado ou iogurte, pão com margarina, requeijão ou frios e uma fruta da estação. A refeição, de 400 calorias em média, custa R\$0,50 ao usuário. Em setembro de 2011, este serviço foi implantado em todos os restaurantes, com subsídio do Estado no valor de R\$0,80 por refeição matinal.

Desde a inauguração do programa Bom Prato, foram servidas mais de 145,8 milhões de refeições e investidos mais de R\$356,6 milhões entre custeio das refeições, implantação e revitalização das unidades.

## ASSUNTO: Avanço da pobreza

DATA: 20/10/2015

 quero agradecer a oportunidade de estar aqui neste momento, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, desta vez reassumindo o mandato por uma semana, mas com a ideia de que nós podemos garantir recursos para as áreas em que atuamos: da saúde, da educação, da assistência social, especialmente para a primeira infância, porque é hoje a nossa grande área de atuação.

Sr. Presidente, trago aqui uma grande preocupação com o que vivemos neste momento em todo o sistema de assistência social do Brasil. Depois de 12 anos do Governo Lula ao Governo da Presidente Dilma, e mais 8 anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando nós derrotamos a inflação, o maior imposto contra os pobres que o Brasil já teve, nós criamos a bolsa-escola, antecessora do Bolsa Família, e criamos o FIES, o Financiamento Estudantil, com o saudoso Ministro Paulo Renato, hoje transformado em PROUNI e FIES.

Quando nós criamos toda a rede de proteção social no Brasil, à qual foi dada sequência nos Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, nós queríamos, de fato, vincular o combate à pobreza à educação, porque nós sabemos - e o PSDB acredita nisso - que só a educação de fato pode tirar as pessoas da situação de pobreza e de miséria. No entanto, Sr. Presidente, o que nós vemos hoje é uma brutal crise econômica para além da crise política, para além da crise moral, para além de toda a corrupção que vive o País hoje, especialmente no âmbito do Governo Federal, crise que a Presidente da República insiste em não enxergar.

A nossa preocupação com o serviço social hoje, Sr. Presidente, é no sentido de que a crise econômica é transformada em crise social. E eu queria chamar a atenção dos colegas para, independentemente de partidos políticos, o fato de

que nós estamos vivendo neste momento um brutal retrocesso no combate à pobreza no Brasil. Nós que estamos com a mão na massa nos Estados e nos Municípios trabalhando no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e no CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, nós que estamos como gestores estaduais sentimos um brutal aumento de demanda por serviços socioassistenciais no Brasil neste momento, Presidente Gilberto Nascimento.

É algo temeroso o retorno à pobreza de centenas de milhares de pessoas que estão tendo a sua renda, inclusive beneficiários do Bolsa Família, consumida pela inflação. São mais de 10%, 12%, 15% de uma inflação acumulada que consome o poder de compra não só do trabalhador, mas também dos beneficiários dos programas sociais. Dados oficiais de janeiro até agora mostram o aumento de 25% na procura por serviços socioassistenciais no Brasil. Agora chegamos ao momento mais dramático, o do desemprego.

Com o desemprego vem o desespero absoluto: as famílias batem às portas do CRAS e do CREAS por todo o Brasil, inclusive no Estado de São Paulo, o mais rico da Federação, em busca até de comida - até de comida! Em São Paulo, Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, temos o Bom Prato, o maior programa de segurança alimentar do Brasil, que oferece 85 mil refeições diárias a 1 real, que foi implantado pelo Governador Geraldo Alckmin.

O que nós temos hoje? Um aumento da demanda por esses programas. Antes servíamos 1.500 mil refeições por restaurante. Hoje já temos uma demanda de mais de duas mil refeições. As pessoas pro-curam por comida. As pessoas procuram por serviços básicos, por segurança básica social. O Bolsa Família não consegue mais manter as pessoas em uma situação mínima, nos chamados padrões mínimos sociais de dignidade e de sobrevivência. Quem comprava 10 reais em alimento com recursos do Bolsa Família hoje compra pouco mais de 7 reais e 50 centavos.

Nós estamos tendo a inflação, o desemprego, o aumento da taxa de juros, que é como a CPMF, que tira recursos da sociedade para financiar a ganância, a festança política do Governo Federal. Gastam sem parar. Não conseguem reduzir os gastos. Agora faltam recursos para a área da assistência social.

Nós, gestores da assistência social, não podemos permitir um retrocesso desse tamanho: inflação, aliada a desemprego e falta de recursos federais para financiar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Nós estamos muito preocupados.

Já conversamos com a Ministra Tereza Campello. É hora de a União, de o Governo Federal, com os Estados e Municípios, salvar as pessoas que nos últimos 15 ou 20 anos foram saindo de uma situação de pobreza extrema e agora, em 6 meses, voltam para a situação original.

Sr. Presidente, este é um momento de grande reflexão. A pobreza volta a crescer no Brasil - são dados oficiais do IPEA, do IBGE e da nossa Fundação SEADE, no Estado de São Paulo. Nós e o Governador Geraldo Alckmin estamos muito preocupados com essa situação de crise social.

ASSUNTO: Voto no impeachment

DATA: 17/04/2016



Sr. Presidente, em respeito aos meus eleitores, em respeito ao povo paulista, por um País mais justo, humano, solidário e ético, sob a proteção do Grande Arquiteto do Universo, eu, Floriano Pesaro, e meu suplente, Mendes Thame, votamos "sim", pelo impedimento da Presidente Dilma.

## ASSUNTO: Protestos e impeachment

DATA: 16/04/2016



SR. FLORIANO PESARO - Sr. Presidente, caros colegas, a incapacidade do Governo é inédita. Nem quando Getúlio Vargas morreu tivemos uma crise de tal monta. O projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, de tão avassalador, menosprezou os princípios básicos da governança e produziu o maior rombo nas contas públicas da nossa história. O nível de corrupção foi achapante. Desde o mensalão até o petrolão os conluios só fizeram crescer e o dinheiro público foi roubado. Depois que fomos criminosamente enganados com uma campanha presidencial mentirosa e difamatória, tivemos que conviver com uma corrupção endêmica patrocinada pelo PT e seus parceiros de governo.

Como agravante desse quadro já temeroso tivemos que assistir à inabilidade gritante de nossa Presidente no desempenho de suas funções na economia, nas relações internacionais, no diálogo com este Poder, na incapacidade de ouvir a voz das ruas, na inércia em defender as questões essenciais do País.

Todos esses fatores contribuíram para levar o País a uma situação que podemos chamar de um verdadeiro tsunami, um total caos político, econômico e social. Mas nem esse desesperador cenário conseguiu envergonhar o Governo, e a corrupção continuou a correr livre, leve e solta.

Entretanto, com a iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público, começamos a desembaraçar a teia que sustentava o adultério de nossos governantes com empresas gluttonas do dinheiro do povo. O Juiz Sérgio Moro estabeleceu a Operação Lava-Jato e, corajosamente, revelou os esquemas perniciosos que levaram o nosso maior orgulho, a PETROBRAS, a uma situação de penúria.

Foi então que a população decidiu dar um basta a isso tudo. Junto com uma Oposição que tentava acabar com os desatinos do Governo, o cidadão brasileiro se mobilizou e foi para as ruas. Centenas, milhares, milhões de pessoas se uniram para demonstrar sua revolta por tantos desvarios.

A mobilização destemida e persistente do povo brasileiro e a força de convencimento dos políticos da Oposição nos permitiram chegar aos dias de hoje. É aqui e agora, nesta Casa, que poderemos pôr fim ao lulopetismo e começar uma nova era. Impeachment já!



## FIQUE SABENDO

- Desde o início de sua vida pública, Floriano sempre esteve comprometido com o desenvolvimento social do País. Como Secretário de Estado e Deputado Federal cuidou de temas importantes como o desenvolvimento na Primeira Infância e a aprovação do Marco Legal, bem como das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência e aos segmentos vulneráveis; também trabalhou para o aprimoramento do regime jurídico das entidades civis de finalidades sociais e assistenciais.
- Após participar da aprovação do Marco Legal da Primeira Infância no Congresso Nacional em 2016, ministrou cerca de 35 palestras sobre o tema em universidades e entidades sociais de todo o Estado.

## ASSUNTO: Repúdio ao posicionamento da ONU

DATA: 20/10/2016



SR. FLORIANO PESARO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os demais colegas Parlamentares. Sr. Presidente, amigos da TV Câmara, venho hoje aqui para falar do perigo da deterioração de órgãos antes conhecidos pela sua importância, mas hoje reféns de grupos ideológicos que deturpam o cerne das organizações, especificamente a Organização das Nações Unidas – ONU e as suas agências.

A ONU é uma organização internacional fundada em 1945 após a Segunda Guerra Mundial por 51 países comprometidos com a manutenção da paz e da segurança internacionais. Desenvolver relações amistosas entre as nações e promover o progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos, sempre foi a missão da Organização das Nações Unidas. Desde a sua criação, o mundo tem a ONU como o baluarte da razão e do consenso mundial.

É fato. Podemos lembrar quando os judeus se emocionaram ao lembrar a data de 16 de setembro de 1947, ocasião em que, sob a batuta do brasileiro Oswaldo Aranha, foi aprovado o Plano de Partilha da Palestina, possibilitando a criação do Estado de Israel. A ONU é responsável por incontáveis ações humanitárias, educacionais, de desenvolvimento sustentável e justiça social, e tem buscado ajudar populações mais vulneráveis em todo o planeta. Em sua história, a ONU promoveu fóruns de debates importantes para a preservação da paz mundial e foi fundamental para o final de crises importantes, como a da Baía dos Porcos, nos anos 60, e particularmente da Guerra Fria.

A ONU teve papel protagonista também durante a fatídica Guerra do Vietnã. Foi importante ainda para acabar com a crise da Sérvia e muitos outros conflitos na história moderna. Desde sua formação, a Organização criou agências especializadas em áreas específicas de atuação, como a UNESCO - Organização

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a OMS - Organização Mundial da Saúde, a AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica, entre tantas outras, para melhor servir o povo dos países afiliados no que tange às tantas questões que afligem as gerações deste nosso século.

No entanto, hoje estamos aqui analisando uma grande vulnerabilidade dessa nobre organização. Nos últimos tempos, a ONU tem fracassado em implementar planos de paz que impeçam massacres ignóbeis como os que têm virado rotina na vizinha Síria e em Israel, com mais de 200 mil mortos e mais de 1 milhão de refugiados. Sua capacidade de ação diante de ditadores assassinos é quase nula. Negociadores hábeis e dignos, como os Secretários-Gerais U Thant, Javier Pérez de Cuellar, Kofi Annan e Ban Kimoon, não conseguem avaliar o tamanho do mal e da sede de poder que residem na alma de cada líder sanguinário que comanda ou comandou tropas em Ruanda, na Somália, no genocídio de Darfur, no Sudão, e, atualmente, na Síria.

Não é só esse fator que inibe e impede uma ação mais efetiva de polícia e de controle das forças de paz das Nações Unidas. A Organização, quando se vê diante de problemas eminentemente políticos, territoriais, não consegue obter consenso de seus membros, que obedecem a suas próprias agendas e esquecem os valores básicos de integridade humana. Assim, tanto em votações dos países com direito de veto, quanto de todos os outros membros, cada qual busca os próprios interesses e alianças locais convenientes. Isso pode inviabilizar uma ação mais coerente da ONU.

Notadamente, podemos citar a última votação da UNESCO referente à condição de Jerusalém e alguns de seus lugares sagrados. Historicamente, em 1945, a UNESCO foi criada para responder à firme convicção de nações, forjada por duas guerras mundiais em menos de uma geração, de que acordos políticos e econômicos não são suficientes para construir uma paz duradoura. A paz deve ser estabelecida com base na solidariedade intelectual e moral da humanidade.

A UNESCO esforça-se para construir redes entre as nações que permitem esse tipo de solidariedade, através da mobilização para a educação, de modo que cada criança, menina ou menino, tenha acesso a uma educação de qualidade como direito humano fundamental e como pré-requisito para o desenvolvimento humano, por meio da criação da construção da compreensão intercultural, além da proteção ao património e o apoio à diversidade cultural.

A UNESCO criou a ideia de Património Mundial para proteger os sítios de valor universal excepcional, e preservando a liberdade de expressão, condição essencial para a democracia, para o desenvolvimento e para a dignidade humana. Hoje, eis que uma agência como essa, com nobreza de espírito, se curva a interesses políticos regionais e resolve emitir uma resolução insana, como a de 18 de outubro, quando ignorou toda a história do mundo e qualificou Jerusalém, especificamente o Monte do Templo, como sagrado unicamente aos muçulmanos.

O Monte do Templo, em alusão ao antigo Templo, conforme é conhecido pelos judeus e por cristãos, também é chamado Nobre Santuário pelos muçulmanos. É um lugar sagrado para os judeus, para os cristãos, para os muçulmanos, um dos locais mais disputados do mundo, especialmente no campo da religião. Lá se encontram a Mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha, construídas no século VII e que estão entre as mais antigas esculturas e estruturas do mundo muçulmano. Por essa razão, o lugar é também referido pela imprensa como a Esplanada das Mesquitas. Trata-se do local mais sagrado do judaísmo, já que é no Monte Moriá que se situa a história bíblica do sacrifício de Isaac. Para os muçulmanos, lá teria ocorrido o sacrifício de Ismael.

O lugar da "pedra do sacrifício" – a Sagrada Pedra de Abraão - foi eleito pelo Rei David para construir um santuário que albergasse o objeto mais sagrado do judaísmo, a Arca da Aliança. As obras foram terminadas por Salomão no que se conhece como Primeiro Templo ou Templo de Salomão, cuja descrição só

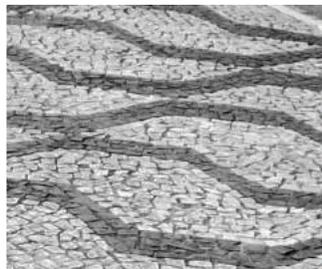


Foto: Calçadas em São Paulo

conhecemos através da Bíblia, já que foi profanado e destruído por Nabucodonosor II em 587 a.C., dando início ao exílio judaico na Babilônia.

Alguns anos depois foi reconstruído o Segundo Templo, que voltou a ser destruído em 70 d.C pelos romanos, com a exceção do muro ocidental, conhecido como Muro das Lamentações, que ainda se conserva e que constitui o lugar de peregrinação mais importante para os judeus.

Segundo a tradição judaica, é o sítio onde deverá construir-se o terceiro e último templo nos tempos do Messias. Quanto a Jerusalém, a cidade tem uma história que data do quarto milênio a.C., tornando-a uma das mais antigas do mundo. Jerusalém é a Cidade Santa no judaísmo e o centro espiritual dos judeus desde o século X a.C. Contém um número de significativos lugares antigos cristãos e é considerada a terceira Cidade Santa no Islão.

A primeira vez que a Bíblia cita Cristo em Jerusalém foi quando este tinha 12 anos e peregrinou a Jerusalém com seus pais para participar da Pessach, a Páscoa Judaica, como era de costume de todo judeu àquela época. Nesse período, Jesus ia ao Sagrado Templo aprender com os judeus e acabou ficando para trás quando seus pais partiram. Quando Maria e José retornaram, encontraram o filho entre os mestres, espantando a todos com sua sabedoria.

Os acontecimentos relativos à morte de Jesus aconteceram todos em Jerusalém e a via-crúcis mostra sua caminhada final com a cruz. Mas há mais de 3.300 anos Jerusalém foi a capital judaica. Jerusalém é mencionada mais de 700 vezes na Bíblia. Os judeus do mundo rezam voltados para Jerusalém. Todos esses fatos reais atestam a importância de Jerusalém como cidade sagrada do judaísmo, do cristianismo e do islamismo.

Negar a sacralidade de Jerusalém para as duas outras religiões monoteístas do mundo é negar a própria história do mundo e da Bíblia. Por isso, só podemos

inferir que a UNESCO e a ONU têm-se caracterizado como elementos de manobra de alguns países majoritariamente muçulmanos e criado suas resoluções como um parti pris absolutamente não condizente com suas histórias e seus propósitos. Justificadamente, as comunidades judaicas e cristãs do mundo ocidental repudiaram essa nefasta resolução da UNESCO e expressaram contundentemente sua revolta.

No Brasil, a entidade guarda-chuva de todas as organizações judaicas, a CONIB - Confederação Israelita do Brasil, fez circular um documento citando esse desvio de propósito da UNESCO. Esse é um capítulo vergonhoso de uma entidade outrora criada com princípios tão nobres. A realidade é que todos nós devemos estar alertas e denunciar a deturpação dessas entidades que deveriam pensar o mundo como um todo e promover o entendimento e a paz entre nações.



### FIQUE SABENDO

- Além das emendas parlamentares, em maio de 2018 o deputado Floriano Pesaro conseguiu para os municípios paulistas a liberação de R\$ 16.079.922,92 pelo Fundo Nacional de Assistência Social, para aplicação nos programas sociais.

## ASSUNTO: Legado do PSDB no Estado de São Paulo

DATA: 20/10/2016

Sr. Presidente, caros colegas, aproveito os 15 minutos que me restam para falar de outro tema tão relevante e tão importante para o Brasil, que é o que fazemos no nosso Estado de São Paulo para o povo paulista e para o povo brasileiro. Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para destacar o trabalho competente realizado pelo Governador Geraldo Alckmin em nosso Estado, São Paulo. Sabemos que, desde 1995, o PSDB luta e transforma o sonho dos paulistas em realidade.

Aplicamos o que aprendemos com nosso saudoso Mário Covas, cuja objetividade peculiar aos engenheiros e aos homens dos números não o fazia perder de vista o aspecto mais humano da res pública. "Governar é não deixar ninguém para trás", dizia Mário Covas. Não vamos deixar que esse sonho feneça! Em minha experiência como gestor da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, convite honroso que recebi do Governador Geraldo Alckmin, à frente da qual tenho o tido o privilégio de trabalhar, ao longo de 22 meses, lado a lado com S.Exa., tiro as melhores lições de governar com austeridade, responsabilidade e respeito ao dinheiro público.

Da coesão, coerência, coletividade, competência, tiro as lições do Governador Geraldo Alckmin, que é servir a quem mais precisa. De tudo, o maior aprendizado é o compromisso do Governo do Estado em fortalecer seus 645 Municípios, acreditando realmente no pacto federativo. A frase dita e repetida pelo também saudoso e grande estadista André Franco Montoro - "Ninguém vive na União ou no Estado. As pessoas vivem no Município" - serve como máxima constante na gestão do Governador Geraldo Alckmin.

O Estado de São Paulo tem progredido no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação de suas políticas, premissas para a formulação de políticas públicas mais coerentes com a realidade e a necessidade da diversidade dos Municípios paulistas.

Realizamos mais obras e ações com menos recursos que qualquer outro Estado do Brasil. Todos sabem que São Paulo tem a menor cidade do País, Borá, e também a maior, São Paulo, a capital. Seriedade, transparência, capacidade de decidir, articular e agregar são condições fundamentais para conduzir um bom governo. E é isso o que vejo no Governador Geraldo Alckmin. O Governador Geraldo Alckmin tem proposto políticas e programas que favorecem, entre outras questões, o desenvolvimento econômico e sustentável.

O Governo de São Paulo tem cumprido o seu papel, mas precisamos de mais. Necessitamos de uma atuação mais consistente também nas esferas municipal e federal. Nossos Prefeitos e Prefeitas recém-eleitos serão os nossos principais aliados na identificação das necessidades da população paulista. Ficamos felizes e muitos satisfeitos com a eleição de João Doria para a capital do Estado de São Paulo no primeiro turno. É a primeira vez na história dos dois turnos na cidade de São Paulo. Essa é uma prova inequívoca da gestão competente do PSDB em nosso Estado. Também destaco a volta do PSDB a nossa cidade. Vamos trabalhar juntos com João Doria. Geraldo Alckmin e João Doria farão uma cidade melhor.

É o encontro, a união, entre o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo. Ganha o Brasil! A política voltada para o social, marca dos Governos do PSDB, motiva dedicar atenção especial à saúde, à educação, à habitação, à política de segurança, condições prévias para uma vida mais digna e que devem, sim, ser garantidas pelo Estado.

Diante da crise, desta brutal crise econômica que vivemos, fruto de 13 anos de ganância incontrolável, de Governos da União irresponsáveis, o Governador Geraldo Alckmin tem atuado de forma serena, com rigor fiscal e investimentos estratégicos. Relembro as palavras do Governador em seu discurso de posse, em janeiro de 2015: "O País poderá viver dias difíceis. Ou todos, incluindo Governo e Oposição, convergem para recuperar a economia e aprovar as reformas essenciais ou este será um ano perdido".

Penso que essa frase é muito adequada para o presente. Temos que somar esforços. União, Estados e Municípios devem intensificar parcerias, fortalecer as redes de atendimento e integrar políticas públicas. É isso o que estamos fazendo aqui em Brasília, ao lado do Presidente Michel Temer e, no meu caso, do Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra.

Disso depende a reestruturação econômica do País, com a aprovação das reformas tão necessárias e a garantia de oferta de serviços aos brasileiros que mais precisam. A isso chamamos de crescimento sustentável, crescimento com responsabilidade. Neste ponto, utilizo como exemplo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, para ilustrar o investimento que temos feito no sentido de fortalecermos as ações de âmbito federal. Primeiro, estamos próximos de concluir a unificação de cadastros.

O Cadastro Único Federal será o cadastro de São Paulo. Ou seja, no Estado de São Paulo, o nosso único banco de dados de beneficiários de programas públicos, sejam eles da União, do Estado ou mesmo dos Municípios, será um cadastro unificado. Isso é fortalecer a política de assistência social, a política do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Isso é garantir a efetividade desse sistema único, reunindo recursos nas três esferas de Governo, para investir para aqueles que mais precisam.

Outro exemplo é a promissora parceria que estamos desenhando com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, na figura do Ministro Osmar Terra e da Secretária Nacional de Assistência Social, Profa. Maria do Carmo Brant Carvalho, a Carminha, no que diz respeito ao recém-lançado programa de primeira infância, o Programa Criança Feliz, na última semana em Brasília. Hoje o Governo do Estado de São Paulo trabalha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS de maneira intersecretarial. Temos o papel fundamental de trazer para a agenda de cada um dos 645 Municípios paulistas os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas do milênio.

Os ODS, embora de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local. Assim, os gestores locais e a sociedade civil serão importantes protagonistas na conscientização e mobilização em torno dessa importante agenda do desenvolvimento local e sustentável. Os ODS dão seqüência aos Objetivos do Milênio, que, no Brasil, ficaram conhecidos como "8 Jeitos de Mudar o Mundo".

Os Objetivos do Milênio, estabelecidos pelas Nações Unidas em 2000, foram concluídos em julho do ano passado. O Brasil alcançou parcialmente esses objetivos e talvez tenha falhado naquilo que era mais importante: educação pública de qualidade. O Brasil ficou para trás. Nos 13 anos do Governo Lula e do petismo, nós tivemos pouco avanço na educação. Foi gasto muito dinheiro, mas houve pouca efetividade no gasto público desses recursos.

Hoje, temos a importante missão de avançarmos juntos, desenhando estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável nas três dimensões: econômica, social e ambiental. É o que chamamos triple bottom line, desenvolvimento socioeconômico ambiental. O grande desafio para implementação dos ODS é articular e estabelecer indicadores para medir as mudanças sociais, econômicas e ambientais. Dessa forma, temos certeza e convicção de que São Paulo continuará a ser o exemplo de gestão pública para o Brasil. Não é por outro motivo que temos 19 das 20 melhores rodovias do País.

Temos as melhores infraestruturas nas áreas de transporte, abastecimento, logística, além da melhor saúde pública, inclusive nos hospitais do interior do Estado, que recebem gente do Brasil inteiro, como é o caso do Hospital de Barretos. E agora comemoramos a melhor educação do Brasil. Sr. Presidente, fomos o número 1 do País na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Temos a maior rede de educação básica do País e, agora, também a melhor. Isso é São Paulo. Temos as melhores universidades públicas - USP, UNICAMP, UNESP -, além da melhor educação superior a distância. Isso é São Paulo. É um Estado que preza o trabalho e respeita a sua gente; um Estado onde o trabalho aparece para todos, sem distinção, e o dinheiro público é respeitado e usado com responsabilidade. "Respeito ao cidadão", diz o Governador Geraldo Alckmin. Esse é o jeito tucano de governar São Paulo. E é por isso que queremos dividir com o Brasil o nosso modelo, liderado por Geraldo Alckmin.

Para reflexão, deixo um pensamento repetido pelo Governador: "A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo", já dizia o escritor Peter Drucker, considerado o pai da administração. E cito também a fibra dos bandeirantes que adentraram as terras paulistas: Paulista, para um só instante Dos teus quatro séculos Ante tua terra sem fronteras O teu São Paulo das "bandeiras"! É o que diz o Hino dos Bandeirantes, eternizado pelo poeta Guilherme de Almeida, que desde 10 de julho de 1974 é o hino oficial do Estado de São Paulo.

Queremos que essa forma de governar, esse modelo de Governo, a seriedade e o respeito ao dinheiro público, sob a liderança do nosso Governador Geraldo Alckmin, possam fazer parte, no futuro, de todos os Estados da Federação. Sr. Presidente, por fim, quero pedir que seja dada ampla divulgação a este pronunciamento em todos os meios de comunicação da Casa, bem como no programa A Voz do Brasil. Muito obrigado pela atenção e um bom Brasil a todos.

## Assunto: Retorno ao mandato de Deputado Federal

Data: 12/04/2018

Sr. Presidente, caros colegas, venho a esta tribuna nesta tarde de quinta-feira para falar sobre o meu retorno a esta Casa. Eleito em 2014, cumpri uma missão dada pelo Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, nosso pré-candidato à Presidência da República pelo meu partido, o PSDB. Participei de várias votações, ao longo dos últimos 3 anos, incluindo todas as votações dos orçamentos de 2016, de 2017 e de 2018, além do Marco Legal da Primeira Infância e de diversas leis que versaram sobre o desenvolvimento social e os direitos humanos.

Agora, Presidente, ao retornar a esta Casa, quero deixar consignado o meu compromisso em trabalhar pelo desenvolvimento social. Meu Líder, o Deputado Nilson Leitão, do PSDB — a quem faço o meu agradecimento especial —, designou-me para compor a Comissão de Seguridade Social e Família, onde pretendo trabalhar, entre outros temas, especialmente com o Sistema Único de Assistência Social — SUAS.

Recursos vinculados a esse sistema são necessários para que nós possamos ter de fato um sistema que funcione e possa cofinanciar os serviços socioassistenciais nos mais de 5.560 Municípios brasileiros. Da mesma forma, eu quero trabalhar em defesa da Primeira Infância e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento infantil, já preconizadas no Marco Legal da Primeira Infância. Eu quero trabalhar com as nossas crianças e adolescentes, prioridade absoluta, com os nossos idosos, com as pessoas com deficiência e com os nossos segmentos vulneráveis da sociedade brasileira, que são os negros, as mulheres e a população LGBT.

O meu Líder também me designou para compor a Comissão de Educação. Com muita alegria eu recebi essa designação, já que tive a honra de trabalhar ao lado do Ministro Paulo Renato durante o Governo do Presidente Fernando Henrique.

Àquela época, Deputado Fábio Trad, nós criamos o Bolsa Escola Federal e o FIES — Fundo de Financiamento Estudantil, entre outros programas importantes para a permanência das crianças na escola, trabalho realizado ao lado do gaúcho, colega do Deputado Pompeo de Mattos, o Ministro Paulo Renato Souza. FIES e ensino médio serão as minhas prioridades na Comissão de Educação.

Mais uma vez, eu quero deixar consignado o meu agradecimento ao meu Líder, Deputado Nilson Leitão. O meu trabalho será pautado pelo meu compromisso com a transparência e o trabalho no mandato que divulgarei permanentemente, não só em minhas redes sociais, mas também em todos os meios de comunicação possíveis, para que possa haver de fato o controle social sobre aquilo que estamos fazendo neste mandato.

É meu compromisso com o meu Estado de São Paulo o desenvolvimento social e econômico acima de tudo, compromisso com as reformas constitucionais necessárias para o crescimento sustentável do Brasil; compromisso com a minha comunidade judaica, respeitando os nossos preceitos, a nossa história e a nossa luta pela paz; compromisso com o meu pré-candidato à Presidência da República, Dr. Geraldo Alckmin, que eu tive a honra de assessorar como Secretário de Desenvolvimento Social e também na Casa Civil.

Deputado Pompeo de Mattos, quero aqui deixar consignado o que conheço deste homem chamado Geraldo Alckmin. Eu fui seu Secretário, fui seu assessor, sou seu companheiro leal de partido, o PSDB. Geraldo Alckmin é um homem probo, um homem de bem, um homem correto, decente, que tem vida modesta e compromisso com o desenvolvimento social e com a geração de renda e emprego no Brasil. Eu confio no Geraldo Alckmin como o homem mais preparado, com serenidade e seriedade, para governar o Brasil.

## **Assunto: Compromisso do PSDB com os princípios norteadores da democracia.**

**Data: 03.07.2018**

Já dissemos que é preciso ir ao fundo para buscar e encontrar as raízes da Democracia. Vamos então retornar a um passado mais distante, recordando o ano de 1787, foi quando se reuniram em Filadélfia, Pennsylvania, os fundadores da Democracia Norte-Americana. Sob a liderança de George Washington votaram os pontos básicos que a ela deram alicerce, seus princípios aprovados permanecem - inalterados - válidos até nossos dias e fundamentaram, também - a democracia brasileira -, as modernas Democracia, no mundo todo.

Foram poucos e precisos esses princípios, os que deram raízes à Democracia, procurando estabelecer condições de igualdade, de oportunidades, para todos. Para todos aqueles que compõem o corpo social. Igualdade no voto. Igualdade nos Deveres. Igualdade nos Direitos. Na Democracia, escolhidos por eleição direta os que terão a responsabilidade de a todos representar, não podem os eleitos perder de vista o significado principal desta representação. Estarão faltando sempre - obrigatoriamente - não apenas em seu nome, ou em nome de familiares e amigos, mas acima de tudo em nome de todos seus representados.

Esse é o nosso compromisso, Sr. Presidente, com a democracia. Esse é o compromisso do PSDB. Esse é o compromisso daqueles que acreditam na justiça, mas acima de tudo acreditam na igualdade entre todos. Nunca poderão perder de vista os direitos e os deveres, exigíveis e aplicáveis a todos os que compõem a Nação, inclusive e sobretudo a si mesmos, os eleitos. Compreender as necessidades do Corpo Social - a nossa sociedade - e encontrar caminhos que contribuam para atendê-las, eis a razão, a essência, o objetivo, da Democracia. Nós acreditamos nela, Sr. Presidente. Estabelecer privilégios que beneficiem alguns, em prejuízo de muitos, é a negação da Democracia. Buscar a igualdade para todos, esse é o nosso grande desafio. Tornou-se inesgotável a multiplicação

de setores corporativamente organizados. Isto levou ao surgimento do conceito de "lobby", ao qual cabe organizar as pressões sobre os que detêm o comando das instituições do país. Os "lobbies" atuam, buscam e conseguem benefícios, vantagens, privilégios, para os grupos que representam.

Sua atuação não tem limites e realmente envolve questões maiores, sempre questões corporativas, segmentadas. Isso, de alguma forma, também fragiliza a democracia. Nós temos uma responsabilidade imensa, todos nós neste Congresso, que é defender a democracia a partir do voto, da escolha soberana daqueles que estão aptos às eleições no próximo dia 7 de outubro. Sr. Presidente, temos muitos políticos neste País que, de alguma forma, fraudaram, não só por corrupção, mas, muitas vezes, até por práticas a democracia. E a fraude da democracia se vê agora na inelegibilidade de muitos, que não são elegíveis pois foram condenados. Este Congresso deu a eles a Lei da Ficha Limpa. Portanto, Sr. Presidente, vamos à eleição...



**Assunto: Defesa de perda dos direitos políticos do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ante prisão determinada pelo Supremo Tribunal Federal. Impossibilidade de candidatura do líder petista à sucessão presidencial. Posicionamento do orador a favor da prisão de condenados em segunda instância.**

**Data: 12.06.2018**

Sr. Presidente, caros colegas, neste momento conturbado em que o Supremo Tribunal Federal assume uma atitude de protagonismo, é importante que nos coloquemos política e juridicamente em relação às grandes decisões da Nação. Um tema importantíssimo sobre o qual todos devemos nos posicionar diz respeito à decisão da prisão ou não após a condenação em segunda instância.

Durante o longuíssimo julgamento do habeas corpus do ex-Presidente Lula da Silva, assistimos, pela mídia, à plenária em que grandes representantes do Supremo Tribunal Federal usaram de manobras coordenadas para alterar a jurisprudência da segunda instância. Felizmente, Sr. Presidente, caros colegas, não deu certo. Lula, após condenado em segunda instância, foi preso. Iniciando o cumprimento da pena, o efeito legal, por analogia à legislação penal, representa a perda dos seus direitos políticos.

Tendo o Supremo Tribunal Federal decidido pela prisão em segunda instância, os efeitos da perda dos direitos políticos do ex-Presidente Lula devem ser imediatos. Soma-se aos efeitos do Código Penal a Lei da Ficha Limpa, os quais impedem Lula de ser candidato a qualquer cargo eletivo no País.

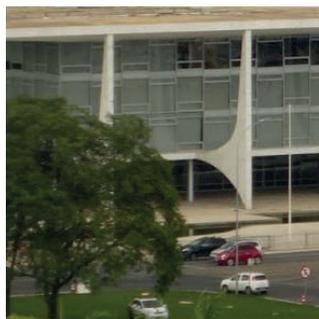
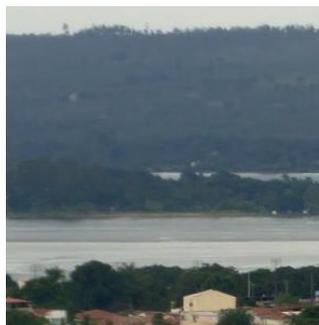
Na condição de preso, Lula não pode ser candidato e tem seus direitos políticos cassados, como qualquer outro preso. Na mesma data, ouvimos uma aula de direito do excelentíssimo Ministro Luís Roberto Barroso sobre o erro da extinção da norma de execução da pena a partir da segunda instância, que vigorou desde 1941 e foi revogada em 2016.

A argumentação dos defensores que não concordam com a prisão citava a defesa dos direitos humanos, levando à errada compreensão de que os réus já condenados por crimes comprovados seriam sujeitos a grandes punições, dignas de uma ditadura. Entretanto, nosso sistema, justificadamente, não é assim, Sr. Presidente.

O condenado ainda mantém todos os seus direitos a recursos e à presunção de inocência. Sabemos bem o que a prisão apenas após o trânsito em julgado, após todos os recursos no Supremo Tribunal Federal, pode implicar: fugas, prescrição da pena, idade avançada. Enfim, é grande a possibilidade de impunidade.

Na citada sessão de habeas corpus, pudemos contar com o bom senso da maioria de nossos Ministros do Supremo. É exatamente isso que venho elogiar e concordar hoje aqui. Peço veementemente que meus colegas analisem a dada sessão e toda a história e a jurisprudência sobre o tema e constatem que a prisão em segunda instância salvaguarda o direito a todos os recursos que o condenado possa ter, mas, acima de tudo, preserva a justiça, porque nossos juízes de outras instâncias já terão julgado e definido a culpabilidade dos réus. É sempre bom lembrar que a justiça tardia nada mais é que a injustiça institucionalizada.

Em nome dos meus eleitores, eu me coloco a favor da prisão em segunda instância, para também mostrar ao povo que nosso sistema de justiça não privilegia aquele quem tem condições financeiras de arrastar um processo ad eternum, contratando caríssimos advogados que utilizam o próprio sis-tema para procrastinar o desfecho dos processos.



No entanto, aproveito a oportunidade para, mais uma vez, apresentar meus protestos quanto à divulgação das pesquisas eleitorais, seus institutos, a mídia em geral, que, em claro desserviço ao eleitor, confundindo a Nação, insistem em apresentar Lula, condenado e preso cumprindo pena, como pré-candidato.

Para terminar, Sr. Presidente, todos sabemos que a hipótese não é plausível. Não há legalmente a possibilidade de Lula ser candidato. Portanto, pergunto neste Congresso Nacional: a quem interessa confundir a opinião pública, os eleitores e o processo democrático brasileiro? Lula não é candidato, não pode ser candidato, assim como qualquer outro preso julgado que cumpre pena já estabelecida. Sim, este réu terá seu direito preservado, caros colegas! Em nome de uma justiça que impõe respeito, ele deverá acompanhar seus recursos já no cumprimento da sua pena estabelecida em segunda instância. Portanto, ele não pode ser candidato. Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelo programa A Voz do Brasil e pelos meios de comunicação da Casa. Muito obrigado.

**Assunto: Necessidade de manifestação, por parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a respeito da esterilização de moradora de rua determinada por Juiz da Primeira Instância, a pedido de Promotor do Ministério Público, no Município de Mococa, Estado de São Paulo.**

**Data: 12.06.2018**

Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá, aconteceu um absurdo tremendo, e a Comissão de Direitos Humanos desta Casa terá que tomar alguma providência. Em São Paulo, no Município de Mococa, em pleno ano de 2018, um promotor do Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra uma mulher em situação de rua, para obrigá-la a ser esterilizada coercitivamente.

E o absurdo continuou: o juiz de primeira instância acatou a ação, e o procedimento de esterilização da mulher em situação de rua foi realizado. Depois disso, o recurso do Município de Mococa chegou ao Tribunal de Justiça de São Paulo, que o acatou tarde demais. Trata-se de uma verdadeira afronta aos direitos humanos, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Levarei o caso à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, dada a gravidade e a barbaridade da atuação do promotor do Ministério Público e do juiz da primeira instância da região de Mococa. Muito obrigado, Presidente Arnaldo Faria de Sá.

**Assunto: Nota do Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo  
- SINDICLUBE sobre a medida provisória referente à criação do  
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.**

**Data: 13.06.2018**

Sr. Presidente Carlos Manato. Sr. Presidente, caros colegas, leio o que segue: O Sindi Clube - e este Parlamentar - vem manifestar a sua total inconformidade com a edição pelo presidente Michel Temer de medida provisória que transfere recursos das loterias esportivas, principal fonte de verba do Comitê Olímpico do Brasil, do Comitê Paralímpico Brasileiro, do Ministério do Esporte e do Comitê Brasileiro de Clubes, para a segurança pública - para o Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP.

Não se pode conceber solução para os graves problemas de segurança enfrentados pela população - que passa por uma grave crise de segurança com o enfraquecimento do esporte do país, que - ao contrário, pode ajudar na questão da segurança, especialmente dos nossos jovens e adolescentes graças aos incentivos oficiais, vem se estruturando justamente para ser uma alternativa válida para afastar os jovens da criminalidade.

Não é aceitável que os clubes, as confederações nacionais, o Comitê Brasileiro de Clubes, as secretarias municipais e estaduais de esporte e o próprio Ministério do Esporte sejam afetados por uma decisão desse tipo em seus diversos projetos, que garantem à população brasileira qualidade de vida, desenvolvimento humano e inclusão social através da prática esportiva.

Queremos lembrar que os recursos repassados aos clubes são regidos por lei específica, e é incompreensível que, como grandes responsáveis pelo desenvolvimento do esporte e pela formação e preparação dos atletas brasileiros, o segmento clubístico brasileiro e as agremiações que o compõem sejam prejudicados com o corte de suas fontes de financiamento. Causa ainda maior perplexidade o fato de que a edição da lamentável MP ocorra enquanto tramita na Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados um Projeto de Lei que visa exatamente rediscutir a atual divisão dos recursos das loterias que chegam ao esporte, com a finalidade de ampliar a geração de projetos para preparação de atletas, inclusive para o ciclo olímpico de Tóquio, em 2020.

Os clubes sempre tiveram um papel preponderante nos ciclos olímpicos anteriores, quando 80% dos integrantes das delegações que representaram o Brasil nos jogos, entre atletas e técnicos, eram oriundos de agremiações de todo o país. Por esse motivo, repudiamos liminarmente essa medida provisória, que traz incalculáveis prejuízos para a nação brasileira - especialmente para o esporte nacional. Sr. Presidente, não vamos permitir, este Congresso, que tal ação do Governo prejudique tantos esportistas, tantos jovens, e, dessa forma, ao contrário do que se pretende, corrobore a violência no País. Sr. Presidente Carlos Manato, peço que o meu pronunciamento seja distribuído aos meios de comunicação da Casa, em especial ao programa A Voz do Brasil. Muito obrigado a todos.

**Assunto: Críticas à atual política econômica brasileira.**

**Data: 19.06.2018**

Sr. Presidente, o Brasil passa por um momento de profunda dificuldade, o que exige a mobilização de todos os setores para enfrentar os imensos desafios institucionais, econômicos, sociais e culturais. Nossa estrutura política está fragilizada, devido a grandes falcatruas de boa parte de políticos incentivados por um sistema altamente corrompido. A crise econômica, a par disso, reflete as lambanças e os abusos de governos anteriores que não tiveram responsabilidade fiscal, o que compromete nossa capacidade de investimento, ignorando a oportunidade histórica do boom das commodities, quando se deixou de investir em infraestrutura, educação e cultura, para alimentar ações pontuais numa máquina cada vez mais corporativista. Muito obrigado.

**Assunto: Importância das políticas públicas de educação e cultura para a redução dos índices de violência no País. Apoio à nota do Ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, contrária à retirada de recursos da Pasta promovida por meio da Medida Provisória nº 841, de 2018.**

**Data: 19.06.2018**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil passa por um momento de profunda dificuldade, que exige mobilização de todos os setores para enfrentar os imensos desafios institucionais, econômicos, sociais e culturais. Nossa estrutura política está fragilizada devido a grandes falcatruas de boa parte de seus políticos, incentivados por um sistema altamente corrompido. A crise econômica ainda reflete as lambanças e abusos dos Governos anteriores, que não tiveram responsabilidade fiscal e comprometeram nossa capacidade de investimentos, ignorando a oportunidade histórica do boom das

commodities, tendo deixado de investir em infraestrutura, educação e cultura para alimentar ações pontuais e uma máquina corporativista.

Não há dúvida de que esses fatores contribuem para ampliar as diferenças sociais, aprofundar as polarizações e radicalizações entre as forças políticas, produzindo ainda mais desigualdades. É certo que todas essas questões geram na sociedade falta de esperança, ampliação da insegurança e aumento significativo da violência, que se espalha por todo o País. Todos nós - Governo, empresas e sociedade - precisamos ter consciência de que não há solução casuística, populista ou de caráter autoritário para os problemas do Brasil, pois já vimos aonde isso vai dar.

A segurança é um dos fatores que pode ajudar a conter a violência disseminada por nosso território, mas para isso precisamos de inteligência, planejamento e gestão articulada por meio de um grande pacto federativo. Um país só se transforma verdadeiramente e combate suas desigualdades por meio da educação e da cultura. Isso, sim, é uma mudança de paradigma. Uma sociedade com mais acesso à educação, mais participação na vida cultural e no fazer artístico acolherá melhor as pessoas em situação de vulnerabilidade social, ampliará seu senso de cidadania e contribuirá decisivamente para um desenvolvimento econômico e social do País. Para termos ideia, a economia criativa já responde por quase 3% do PIB, segundo estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, e gera 1 milhão de empregos formais, reunindo 200 mil empresas em todo o Brasil.

Em 2017, as indústrias criativas geraram quase 30 milhões de empregos no mundo. Porém precisamos de mais políticas públicas para a cultura. E não há como pensarmos nisso sem um Ministério da Cultura fortalecido. No entanto, hoje temos, na Pasta da Cultura, um orçamento que remete ao ano de 2006, um incentivo fiscal que corresponde a 0,64% do total disponibilizado pela União e um Fundo Nacional de Cultura que há mais de 6 anos vem diminuindo ano a ano - em 2017, chegou a praticamente zero. Não bastasse esse quadro de completa fragilidade, a decisão do Governo de reduzir de 3% para 0,5% os recursos provenientes das loterias

federais repassados ao Fundo Nacional de Cultura, decisão efetivada na Medida Provisória nº 841, de 2018, penaliza mais uma vez a cultura brasileira e demonstra a falta de compreensão sobre o papel estratégico que a cultura pode ter no combate à violência.

É importante lembrar que nos últimos 6 anos o Fundo Nacional de Cultura deixou de receber das loterias o montante de mais de 1,8 milhão de reais, sucessivamente contingenciados pelo Ministério do Planejamento. Aliás, esse tema gerou uma ação judicial da OAB e do Fórum Brasileiro pelos Direitos Culturais contra a União, em agosto de 2017, sobre a qual esperamos a manifestação do Poder Judiciário. Quero declarar meu apoio e solidariedade à nota do Ministro de Estado da Cultura, o Sr. Sérgio Sá Leitão, que demonstra indignação com a retirada dos recursos da Pasta da Cultura efetivada na referida medida provisória.

Registro também minha admiração à sensibilidade do Ministro, sua responsabilidade e firme atuação na condução do Ministério da Cultura. Ontem, como membro da Comissão Especial que analisará a medida provisória, protocolei uma série de emendas - oito, para ser mais exato -, não só para restituir e garantir os recursos do Fundo Nacional de Cultura, como também para reposicionar o papel do Ministério da Cultura frente ao tema da segurança pública. É essencial que o Congresso veja o cenário mais abrangente de nosso País e modifique essa medida provisória. Faço esse apelo aos colegas.

Reforço que é hora de unirmos forças de todos os setores de nossa sociedade na busca de soluções definitivas para os problemas da segurança pública. E certamente a solução se dará quando colocarmos a cultura e a educação na centralidade das políticas públicas, mas principalmente quando cada brasileiro transformar esses dois pilares - educação e cultura -, em suas causas, no motivo de suas lutas e na razão de suas mobilizações. Sr. Presidente, peço que se dê ampla divulgação a este meu pronunciamento.

**Assunto: Tentativa de desmoralização do Poder Judiciário e de enfraquecimento das instituições democráticas brasileiras, demonstrada na expedição de ordem de soltura do ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.**

**Data: 10.07.2018**

Sr. Presidente, ainda sobre o fato ocorrido no TRF4, em relação da soltura do condenado Lula, fiquei muito preocupado. Não acredito que o desembargador de plantão ignorasse não ter competência para suspender o cumprimento de pena determinado por órgão colegiado. Tudo leva a crer que cada passo dado foi antecipado e ensaiado e, desde o início, todos sabiam que esse era o único resultado possível e mesmo assim prosseguiram.

Esse era o objetivo pretendido. Queriam criar um factóide. Mobilizaram todas as instâncias do judiciário federal em razão de um pedido juridicamente impossível. Usaram dolosamente advogados que não tinham procuração do réu, um desembargador politicamente comprometido no plantão do fim de semana, o recesso dos Tribunais Superiores. Tudo foi meticulosamente planejado para acabar de desmoralizar o Judiciário, para enfraquecer, mais uma vez, as instituições democráticas do Brasil - esse é o principal o objetivo do Partido dos Trabalhadores.

Tudo foi meticulosamente planejado e executado. E para quê? Para acabar de desmoralizar o judiciário, para enfraquecer as instituições. A gravidade do fato foi ampliada a partir da recusa do desembargador plantonista em acatar a decisão do Relator do processo. A presidente do STF se pronunciou sobre o fato e somente a intervenção do presidente do TRF-4 pôs fim, tardiamente, àquela insólita situação que tanto mal já havia causado ao País.

O atuar do desembargador de plantão foi criminoso e em qualquer país sério ele já estaria afastado de sua jurisdição.

Da mesma forma, os advogados signatários do habeas corpus teriam sua OAB cassada, estivéssemos em um país sério. Por isso, Presidente, estamos muito preocupados e fazemos aqui neste plenário uma verdadeira denúncia daquilo que não pode ocorrer: a desmoralização dos Poderes constituídos pela República. Muito obrigado.

**Assunto: Repúdio a decisão do Desembargador Rogério Favreto, favorável à soltura do ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Solidariedade ao Juiz Federal Sérgio Moro. Confiança do orador no Estado Democrático de Direito.**

**Data: 10.07.2018**

Sr. Presidente, caros colegas, ocupo esta tribuna da Câmara dos Deputados para manifestar a minha preocupação e o meu repúdio aos fatos que se desenrolaram no último fim de semana em nosso País. No domingo, enquanto as famílias de todo o Brasil descansavam de mais uma semana de trabalho, fomos todos surpreendidos pela notícia de uma decisão judicial pela soltura do ex-Presidente Lula. Como hoje estamos diante de uma verdadeira epidemia de notícias falsas - as chamadas fake news -, julguei que poderia se tratar de mais uma delas.

Para a minha surpresa, era a mais pura verdade: um cidadão condenado a mais de 12 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, tendo lesado milhões de brasileiros, seria posto em liberdade, ainda que tivesse acabado de cumprir apenas 3 meses da pena. Decidi procurar compreender melhor o que estava ocorrendo. Três Deputados desta Casa, filiados ao Partido dos Trabalhadores, entraram com pedido de habeas corpus junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a soltura de Lula.

Buscaram, contudo, não o expediente normal, mas, sim, o plantão judiciário, quando quem respondia pelas decisões era o Desembargador Rogério Favreto. Como vimos a saber mais tarde, o magistrado esteve por 20 anos filiado ao mesmo Partido dos Trabalhadores e serviu ao Governo do ex-Presidente Lula como subordinado do então Ministro José Dirceu. A decisão do Desembargador Favreto é, no mínimo, estranha para aqueles que acompanharam o desenrolar desse processo.

Alegando que a candidatura de Lula à Presidência é um fato novo, decidiu por sua soltura, mesmo com decisões do próprio colegiado da 8ª Turma do TRF-4, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal em direção contrária. Ora, a candidatura de Lula é um fato novo? Onde é um fato novo, ante as caravanas e os comícios que vem fazendo há mais de 1 ano por todo o País?

Sr. Presidente, tenho grande respeito pela magistratura e pelo Poder Judiciário, coisa que o PT não tem. E, por essa mesma razão, não posso concordar com essa decisão. No entanto, concordar ou discordar de decisões judiciais não cabe a mim, mas, sim, ao próprio Poder Judiciário, que, felizmente, restaurou a normalidade por meio das ações corretas e diligentes dos Desembargadores Gebran Neto, Relator original do caso, e Thompson Flores, Presidente daquele tribunal. Quero ainda registrar meu respeito e minha solidariedade ao Juiz Sérgio Moro, que, a despeito das acusações do PT e dos que buscaram essa manobra, comportou-se de maneira correta ao recomendar o aguardo do juízo competente, para que a decisão fosse consumada.

Por fim, Sr. Presidente e caros colegas, quero reafirmar a minha confiança no Estado Democrático de Direito vigente em nosso País e na garantia de uma justiça impessoal, como lembrou a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, que tem o meu apreço e o meu respeito, com a plena certeza de que os pilares da democracia vigente desde a Carta de 1988 continuam sólidos e inabaláveis. Sr. Presidente, nós acreditamos na democracia. Muito obrigado.

**Assunto: Encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 829, de 2018, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito dos Ministérios da Cultura; do Desenvolvimento Social; e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.**

**Data: 11.07.2018**

Sr. Presidente, encaminho para fazer a defesa da medida provisória que trata da prorrogação dos contratos, por tempo indeterminado, no âmbito do Ministério da Cultura, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A medida já teve o parecer da Comissão Mista pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela constitucionalidade e juridicidade, além da boa técnica.

Sr. Presidente, a medida autoriza a prorrogação de contratos. Pelo Ministério da Cultura, foram prorrogados 108 contratos, por tempo indeterminado, para atender à necessidade do Ministério. Essa prorrogação também acaba sendo aceitável em caso de contratos firmados a partir de 2013. O Ministério do Desenvolvimento Social foi autorizado a prorrogar 55 contratos.

O Ministério da Ciência, da mesma forma, foi autorizado a prorrogar 24 contratos. Esses contratos são necessários para o andamento do Ministério, as atividades de suporte técnico e também as políticas públicas que estão sendo exercidas pelos três Ministérios, Sr. Presidente. Quero também aproveitar para dizer que, apesar de ainda não ter sido instalada a Comissão Mista para analisar a Medida Provisória nº 841, de 2018, que reduz, quando na verdade deveria aumentar, os recursos dos setores da cultura e do esporte, vários de nós Deputados já estivemos na tribuna mostrando ao Governo que é um equívoco retirar recursos da cultura e do esporte para repassá-los à segurança pública.

Todos nós somos favoráveis a políticas de segurança pública, mas, acima de tudo, a políticas preventivas de segurança pública, no caso da cultura e do esporte, especialmente. Hoje, tivemos a primeira notícia de que nossos esforços - meu, do Deputado Otavio Leite, entre outros - têm surtido efeito, na medida em que o Governo vem claramente recuando em relação à Medida Provisória nº 841, de 2018, no sentido de manter os recursos da cultura e do esporte arrecadados na loteria federal. Será uma grande vitória se o Governo substituir o texto da medida provisória encaminhada a esta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

## FIQUE SABENDO



- A identidade de Floriano com a Educação, remonta ao período em que auxiliou diretamente o Ministro Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso, na criação do FIES e implantação do Bolsa Escola. Em 2016, protocolou pedido no Ministério da Educação para alteração da data do ENEM para os domingos, demanda antiga da comunidade judaica e dos adventistas do sétimo dia.

## **Assunto: Empenho do orador na alocação de recursos para os setores de esporte e cultura.**

**Data: 08.08.2018**

 quero aqui anunciar que o Poder Executivo voltou atrás e modificou a medida provisória que retirava recursos do esporte e da cultura. E mais: acatou emenda de minha autoria, que destina recursos adicionais ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, programa que ajudei a criar e do qual fui o primeiro diretor, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o saudoso Ministro da Educação Paulo Renato.

Cultura e esporte geram emprego e renda, aumentam a arrecadação de impostos, promovem desenvolvimento local e humano e, o mais importante, protegem nossos jovens do assédio do crime. Garantir a volta dos recursos ao esporte e à cultura não foi uma vitória de um homem só. Isso foi conquistado com o apoio de várias organizações da cultura, do esporte e de seus dirigentes que, diante do desafio, não pouparam esforços.

Entre tantos, faço questão de citar meus grandes parceiros Lars Grael, Luis Sobral, Eduardo Saron e Paulo Movizzo, que, no esporte e na cultura, não mediram esforços para que essa vitória pudesse se consolidar. Destaco ainda o empenho do Ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão, grande defensor da nossa causa. Hoje entro nesta Casa com a sensação de dever cumprido. Sr. Presidente, peça a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil e em outros meios de comunicação da Casa. Muito obrigado.



